EDITAL
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 026/2026 PMCH
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 5707/2026

O MUNICÍPIO DE CHAPADINHA TORNA PÚBLICO, PARA CONHECIMENTO DOS INTERESSADOS, QUE A PREFEITURA MUNICIPAL REALIZARÁ LICITAÇÃO NA MODALIDADE CONCORRÊNCIA, NA FORMA ELETRÔNICA, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006, DA LEI MUNICIPAL Nº 1.517/2026, DO DECRETO MUNICIPAL Nº 008/2023 E DAS DEMAIS NORMAS APLICÁVEIS, OBSERVADAS AS EXIGÊNCIAS DESTE EDITAL E DE SEUS ANEXOS.

Data da sessão: 09/11/2026

Horário de Brasília: 08:30.

Local: Portal de Compras Públicas – www.portaldecompraspublicas.com.br.

Valor estimado máximo de remuneração: R$ 882.767,33 (oitocentos e oitenta e dois mil, setecentos e sessenta e sete reais e trinta e três centavos). Receita estimada de inscrições: R$ 914.440,00 (novecentos e quatorze mil, quatrocentos e quarenta reais).

Critério de julgamento: TÉCNICA E PREÇO – 70% técnica e 30% preço.

Modo de disputa: FECHADO.

Impugnações e esclarecimentos: até 3 (três) dias úteis antes da abertura da sessão, conforme a seção própria deste Edital.

Arrecadação das inscrições: integralmente pelo Município.

Pagamento da contratada: preço global contratado, por etapas recebidas e atestadas, conforme o Termo de Referência.

1 DO OBJETO

1.1. O objeto é a contratação de empresa especializada para planejamento, organização e execução de concurso público destinado ao provimento de cargos efetivos do Poder Executivo do Município de Chapadinha/MA, compreendendo inscrições, elaboração, aplicação e correção de provas, processamento de resultados, análise de recursos e entrega do acervo, conforme a Lei Municipal nº 1.517/2026 e o Termo de Referência.

1.2. O critério de julgamento adotado será técnica e preço, observadas as exigências deste edital, do TR no Anexo I e da matriz do Anexo X. A maior nota final define a classificação, condicionada à aceitabilidade e habilitação.

1.3. O procedimento observará as fases de apresentação de propostas técnicas e comerciais, julgamento, habilitação, recursos, adjudicação e homologação, na forma do art. 17 da Lei nº 14.133/2021.

1.4. A licitação será realizada em modo de disputa fechado. As propostas permanecerão sigilosas até a abertura da sessão pública. O prazo mínimo para apresentação das propostas será de 35 dias úteis a partir da divulgação integral do edital e de seus anexos, observados os arts. 54, 55, IV, 56 e 183 da Lei nº 14.133/2021.

2 DOS RECURSOS E DO REGIME ECONÔMICO

2.1. As taxas de inscrição serão arrecadadas integralmente pelo Município, como receita pública, em conta bancária de sua titularidade e sob gestão exclusiva da Tesouraria. A contratada executará os serviços pelo preço global contratado, com pagamentos realizados pelo Município mediante empenho, liquidação e ordem de pagamento.

2.2. O valor estimado máximo da contratação é de R$ R$ 882.767,33 (oitocentos e oitenta e dois mil, setecentos e sessenta e sete reais e trinta e três centavos). A estimativa de arrecadação das inscrições é de R$ 914.440,00 (novecentos e quatorze mil, quatrocentos e quarenta reais). Dotação orçamentária: **Unidade Orçamentária** 020700 – Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas; **Funcional Programática:** 04.122.0002.2009.0000 – Manutenção e Funcionamento da Secretaria de Administração; **Natureza da Despesa:** 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica. Receita e despesa serão registradas por seus valores brutos e sob rubricas próprias, conforme a Lei nº 4.320/1964.

2.3. O preço global adjudicado remunera a execução integral do escopo e dos quantitativos do TR. A arrecadação não se confunde com o preço dos serviços e não gera direito da contratada sobre as taxas, os saldos ou os rendimentos. A insuficiência de receita de inscrições não reduz o preço de serviços regularmente executados e aceitos nem afasta a obrigação de pagamento pelo Município.

2.4. É vedado à contratada arrecadar, receber em conta própria, reter, custodiar ou movimentar valores das inscrições, deduzir sua remuneração das receitas ou efetuar compensação direta. A banca fornecerá sistema e relatórios de apoio à conciliação, sem poderes bancários ou de disposição dos recursos.

3 DO CREDENCIAMENTO

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS que permite a participação dos interessados na modalidade CONCORRÊNCIA, em sua FORMA ELETRÔNICA.

3.2. O cadastro deverá ser feito no Portal de Compras Públicas, no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br;

3.3. O credenciamento implica responsabilidade do licitante e de seu representante pelas operações realizadas no sistema, observadas as condições de participação e habilitação deste edital.

3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.6. As comunicações, propostas, decisões, notas, atas e recursos serão registrados no sistema eletrônico, assegurados o sigilo das propostas até a abertura e a publicidade dos atos nas etapas correspondentes.

4 DA PARTICIPAÇÃO NA CONCORRÊNCIA

4.1. Poderão participar desta Concorrência interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação pela exigência Técnica e que estejam com Credenciamento regular no PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS.

4.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488/2007, para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006 e no artigo 4º da Lei nº 14.133/2021.

4.3. A participação observará as vedações dos arts. 9º e 14 da Lei nº 14.133/2021 e as sanções impeditivas vigentes, consideradas sua abrangência e duração.

4.4. Será admitida participação em consórcio, conforme art. 15, com compromisso de constituição, líder, responsabilidade solidária e proibição de participação simultânea isolada ou em outro consórcio. O somatório de capacidades seguirá a lei; eventual patrimônio líquido mínimo do consórcio terá acréscimo de 10%, dispensado para consórcios exclusivamente ME/EPP.

4.5. Cooperativas participarão nas condições do art. 16 da Lei nº 14.133/2021. Pessoas jurídicas sem fins lucrativos apresentarão os atos de constituição, representação e funcionamento pertinentes à sua natureza jurídica e ao objeto.

4.6. Como condição de participação, a licitante declarará ciência do edital; cumprimento dos requisitos de habilitação; conformidade das propostas; inexistência de fatos impeditivos; elaboração independente; vedação ao trabalho de menores e ao trabalho degradante ou forçado; cumprimento das reservas legais de cargos e integralidade dos custos trabalhistas, conforme modelos anexos.

4.7. O enquadramento como ME/EPP e o limite de contratos com a Administração serão declarados nos termos do art. 4º da Lei nº 14.133/2021. A falsidade será apurada com observância do devido processo.

4.8. O envio das propostas e dos documentos ocorrerá pelo sistema eletrônico, com identificação do usuário e preservação da autenticidade e integridade, observada a regulamentação municipal aplicável. As assinaturas eletrônicas seguirão a legislação aplicável.

4.9. Será exigida, no momento da apresentação da proposta inicial, como requisito de pré-habilitação, a comprovação da prestação de garantia de proposta correspondente a **1% (um por cento) do valor estimado da contratação**, equivalente a **R$ 8.827,67 (oito mil, oitocentos e vinte e sete reais e sessenta e sete centavos)**, nos termos do art. 58 da Lei nº 14.133/2021.

4.9.1. A garantia poderá ser prestada em qualquer das modalidades previstas no § 1º do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, à escolha do licitante.

4.9.2. O comprovante deverá ser anexado ao sistema eletrônico juntamente com a proposta inicial, até a data e o horário estabelecidos para sua apresentação.

4.9.3. A garantia será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.

4.9.4. A recusa em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos para a contratação implicará execução do valor integral da garantia, observado o devido processo legal.

5 DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente pelo sistema eletrônico, as propostas técnica e de preços em arquivos separados, até a data e hora da abertura. Os documentos para pontuação técnica deverão acompanhar a proposta técnica; não se confundem com a habilitação posterior.

5.2. O envio da proposta, bem como dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da Concorrência, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.4. Até a abertura da sessão, será permitida a retirada ou substituição das propostas. A classificação será estabelecida no julgamento, pela ponderação das notas técnicas e comerciais.

5.5. Os documentos de habilitação serão solicitados ao primeiro classificado após o julgamento, ressalvadas consultas e declarações legalmente cabíveis aos demais. O prazo será de 2 dias úteis da convocação, prorrogável motivadamente mediante solicitação tempestiva. ME/EPP apresentarão a documentação fiscal e trabalhista mesmo com restrição, sem prejuízo da regularização legal.

6 DO PREENCHIMENTO DAS PROPOSTAS

6.1. A proposta comercial conterá preço global contratado positivo, em reais, em algarismos e por extenso, composição dos custos e identificação da licitante, conforme Anexo II. A validade será de, no mínimo, 90 dias contados da apresentação.

6.2. O preço ofertado contemplará todas as etapas e quantitativos do cenário publicado, tributos, encargos, equipe, tecnologia, sigilo, atendimento, candidatos isentos, acessibilidade, impressão, locações e serviços de apoio atribuídos à banca. A contratada custeará a mobilização até os pagamentos regulares por serviços aceitos.

6.3. As taxas de inscrição serão as fixadas pelo Município no TR. O preço global proposto pela licitante compreenderá a execução integral dos serviços e os riscos ordinários de demanda previstos no contrato.

6.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.5. Os licitantes devem respeitar os preços máximos, global e unitário, estabelecidos no orçamento da Administração.

6.6. A proposta técnica seguirá o Anexo XI, com índice por quesito e identificação das evidências documentais. A proposta comercial seguirá o Anexo II, com composição dos custos por etapa e cronograma de entregas.

6.7. Os preços serão de responsabilidade da proponente. Erros materiais serão tratados sem majoração do valor global nem modificação da solução técnica, observados saneamento, isonomia e exequibilidade.

7 DA ABERTURA DA SESSÃO E DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Aberta a sessão, o agente de contratação informará o prazo estimado da avaliação e a data prevista para divulgação do resultado do julgamento.

7.3. A banca de avaliação técnica terá no mínimo três membros, nos termos do art. 37, § 1º. Os membros registrarão pontuação, documento e página de evidência, motivação e ficha individual. O relatório consolidado integrará os autos e será acessível para recurso.

7.4. O julgamento obedecerá ao Anexo X: NT de 0 a 100; classificação técnica com NT mínima de 60 e mínimo de 25 em C; NP = 100 × Pmin/Pi; NF = 0,70 × NT + 0,30 × NP. Pi é o preço global ofertado e Pmin é o menor preço global válido entre propostas tecnicamente classificadas e comercialmente aceitáveis.

7.4.1. Para fins de interpretação das fórmulas: NT significa Nota Técnica; NP, Nota de Preço; NF, Nota Final; Pi, preço global ofertado pela licitante avaliada; Pmin, menor preço global de remuneração válido entre as propostas tecnicamente classificadas e comercialmente aceitáveis; e C, critério de avaliação técnica identificado pela letra C no Anexo X.

7.5. As notas serão ordenadas de forma decrescente. A exclusão de proposta ou a redução legal de preço que modifique Pmin exigirá recálculo transparente de NP e NF para todos os afetados. Não se aumentará NT por documentação ou solução nova em diligência.

7.6. O sistema disponibilizará campo próprio para comunicações. Suspensões e retomadas serão previamente comunicadas. Em falha generalizada prolongada da plataforma, a reabertura ocorrerá após aviso com antecedência mínima de 24 horas, preservados registros e sigilo.

7.7. Serão observados os arts. 44 e 45 da LC nº 123/2006, dentro dos limites do art. 4º da Lei nº 14.133/2021. Quando a primeira colocada não for beneficiária, as ME/EPP com nota final igual ou até 10% inferior à maior nota final válida serão convocadas para exercer a preferência, nos termos dos subitens seguintes.

7.8. A beneficiária mais bem classificada será convocada por 2 dias úteis para melhorar exclusivamente seu preço global. Mantém-se NT e recalculam-se NP e NF de todos os afetados; somente haverá preferência se obtiver NF superior e preço exequível. Não basta menor preço isolado. Na falta de exercício, chamam-se as demais inicialmente enquadradas em ordem de classificação, com sorteio para equivalência entre beneficiárias.

7.9. Persistindo empate real, aplicam-se sucessivamente os critérios do art. 60, com disputa final por proposta fechada de preço, sem mudar a técnica, desempenho anterior objetivamente aferível, equidade conforme regulamento e integridade. Após as preferências legais do § 1º, esgotadas as possibilidades, haverá sorteio público. Não haverá preferência por sede no próprio Município.

8 DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

8.1. O agente examinará a conformidade e a compatibilidade do preço global com o orçamento e o TR, observadas as notas técnicas já atribuídas. Serão desclassificadas propostas com vício insanável, descumprimento de especificação essencial, sobrepreço após negociação ou inexequibilidade demonstrada.

8.2. Propostas com preço global inferior a 30% (trinta por cento) do valor estimado da contratação serão submetidas a diligência para comprovação de exequibilidade, conforme o art. 59, IV e § 2º, da Lei nº 14.133/2021. Esse percentual é parâmetro de indício para investigação, e não causa de exclusão automática. Significa preço inferior a trinta por cento do orçamento, e não desconto de trinta por cento.

8.3. A Administração também poderá realizar diligência em outras propostas quando identificar inconsistência de custos, omissão de despesas, produtividade incompatível ou qualquer elemento concreto que comprometa a execução integral dos serviços.

8.4. O licitante será convocado para demonstrar, em prazo razoável fixado conforme a complexidade da documentação, os custos dos serviços, a estrutura disponível, as condições operacionais e as circunstâncias que sustentam o preço ofertado. Serão admitidos documentos idôneos, demonstrativos de custos e justificativas verificáveis.

8.5. A análise considerará todas as etapas, os atendimentos isentos, as adaptações de acessibilidade, os encargos, o custeio inicial e os cenários de demanda definidos no TR. A desclassificação dependerá de decisão motivada, após a oportunidade de demonstração da viabilidade da oferta.

8.6. A negociação será dirigida ao primeiro classificado para obter redução do preço global, sem modificar escopo, taxas fixadas, nota técnica ou padrão de qualidade. A proposta ajustada será enviada em até 2 dias úteis, prorrogáveis por motivo aceito. Após exclusão e recálculo, poderão ser chamados remanescentes na ordem atualizada.

8.7. Erros ou falhas formais serão saneados quando não alterarem a substância, com motivação pública. Não será admitida apresentação de nova metodologia ou nova experiência posterior para elevar nota.

9 DA HABILITAÇÃO

9.1.1. Encerrado o julgamento, a documentação de habilitação será exigida do licitante classificado em primeiro lugar, no prazo do item 5.5, observados os arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021.

9.1.2. Serão consultados os cadastros oficiais de sanções e impedimentos pertinentes, observada a abrangência legal dos registros e assegurada manifestação do interessado quando necessária ao esclarecimento dos fatos.

9.1.3. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.1.4. Ocorrências impeditivas indiretas serão examinadas por diligência para verificar os fatos e o alcance da restrição, com decisão fundamentada e observância do contraditório.

9.1.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.1.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.1.7. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.1.8. Após a entrega, a diligência observará o art. 64 para confirmar fatos preexistentes, complementar informações e atualizar validade expirada após o recebimento das propostas. Erros ou falhas sem alteração da substância e validade jurídica poderão ser saneados por decisão registrada e acessível.

9.1.9. O não atendimento de requisito essencial, após a análise do saneamento cabível, ensejará inabilitação motivada e convocação de remanescentes na ordem atualizada de classificação. Serão assegurados recurso e tratamento favorecido quando cabíveis.

9 2 HABILITAÇÃO JURÍDICA

9.2.1. Documento de identificação do representante legal e prova de seus poderes. A procuração identificará outorgante, outorgado e poderes para representação no certame.

9.2.2. Registro empresarial, no caso de empresário individual, ou certificado próprio admitido por lei, quando cabível à natureza jurídica.

9.2.3. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, acompanhado de alterações ou consolidação vigente. Para sociedades por ações e entidades que exijam eleição, documentos de investidura dos administradores.

9.2.4. Inscrição do ato constitutivo no registro competente, em se tratando de sociedade simples, associação ou fundação, acompanhada de prova da diretoria em exercício e compatibilidade de suas finalidades com o objeto.

9.2.5. Autorização de funcionamento e registro perante órgão competente para sociedade estrangeira em atuação no País, quando legalmente exigíveis, com representação apta a receber citação e responder administrativa e judicialmente.

9.2.6. Para cooperativas, atos constitutivos, registro legalmente exigido, eleição dos representantes e documentos que comprovem as condições do art. 16 da Lei nº 14.133/2021 e a autorização estatutária para assumir o objeto.

9.2.7. Consórcios: compromisso de constituição subscrito pelos integrantes, indicação de líder, poderes de representação e responsabilidade solidária. Cada consorciada comprovará a habilitação jurídica e a regularidade fiscal, social e trabalhista, observadas as regras de somatório previstas neste edital.

9.2.8. Certidão simplificada e específica expedida pela Junta Comercial do domicílio da sede da licitante, emitida até 30 (trinta) dias de antecedência da data de apresentação, onde em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleições de seus administradores, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

9 3 HABILITAÇÃO FISCAL SOCIAL E TRABALHISTA

9.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ.

9.3.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal e/ou estadual do domicílio ou sede, se houver, pertinente ao ramo de atividade e compatível com o objeto. Não se exige inscrição estadual de pessoa legalmente dispensada.

9.3.3. Prova de regularidade perante a Fazenda Nacional, mediante certidão conjunta da Receita Federal e PGFN, abrangendo créditos tributários federais e dívida ativa sob sua administração, inclusive contribuições sociais pertinentes.

9.3.4. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.3.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos da pessoa jurídica e física perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto- Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 e Certidão de Débitos Trabalhistas pessoa física e pessoa jurídica expedida com base na Portaria MTP Nº 667/2021 de 08 de Novembro de 2021.

9.3.6. Prova de regularidade com a Fazenda estadual e com a Fazenda municipal do domicílio ou sede, relacionadas à atividade. Serão aceitas certidões positivas com efeitos de negativas e declaração ou prova oficial de isenção ou não incidência quando cabível.

9.3.7. Declaração sobre trabalho de menores conforme Anexo IV e declaração de cumprimento das reservas legais de cargos aplicáveis conforme Anexo XIII.

9.3.8. ME/EPP apresentarão toda a documentação fiscal e trabalhista, ainda que com restrição, com prazo de 5 dias úteis da declaração de vencedora para regularização, prorrogável por igual período a critério da Administração. O benefício não substitui documentos técnicos, jurídicos ou contábeis exigíveis.

9.3.9. A autenticidade e a validade das certidões serão verificadas conforme as informações do órgão emissor, a norma específica e as consultas oficiais disponíveis.

9 4 HABILITAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA

9.4.1. A licitante deverá apresentar certidões negativas de falência ou recuperação judicial, bem como certidões de liquidação judicial, insolvência civil, execução patrimonial e execuções cíveis e fiscais, estaduais e federais, expedidas pelo distribuidor competente da sede ou domicílio da licitante, dentro do prazo de validade ou, na ausência deste, emitidas há no máximo 30 (trinta) dias da data de apresentação.

9.4.2. Licitante em recuperação judicial ou extrajudicial deverá demonstrar aptidão econômico-financeira e viabilidade de execução do contrato, mediante documentação e decisões pertinentes ao estágio do procedimento, sem prejuízo dos demais requisitos deste edital.

9.4.3. Deverão ser apresentados o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, acompanhados, obrigatoriamente, dos respectivos Termos de Abertura e Encerramento, devidamente autenticados e registrados na Junta Comercial do Estado da sede da licitante ou, quando aplicável, no Cartório de Registro de Títulos e Documentos. Os referidos documentos deverão estar assinados pelo Contador responsável, em situação regular perante o Conselho Regional de Contabilidade (CRC), com a apresentação obrigatória da certidão de regularidade profissional, bem como pelo Dirigente ou Sócio da empresa. Os demonstrativos contábeis devem estar em estrita conformidade com as disposições da Lei nº 6.404/76, acompanhados, necessariamente, por Notas Explicativas detalhadas, que evidenciem a boa situação financeira da empresa. Fica expressamente vedada a substituição dos documentos exigidos por balancetes ou balanços provisórios. Caso o Balanço Patrimonial tenha sido encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, será admitida a sua atualização por meio de índices oficiais, devendo tal atualização ser apresentada de forma clara e devidamente documentada.

9.4.4. Os livros e demonstrativos serão registrados ou autenticados na forma exigível à natureza jurídica e ao regime de escrituração da licitante, admitida apresentação digital com integridade e autenticidade verificáveis.

9.4.5. Para escrituração ECD/SPED, apresentar recibo de entrega, termos de abertura e encerramento e demonstrações extraídas do livro digital, conforme a legislação aplicável.

9.4.6. Para pessoa jurídica constituída há menos de dois anos, os documentos contábeis limitar-se-ão ao último exercício exigível. Empresa criada no exercício financeiro da licitação poderá apresentar balanço de abertura, conforme arts. 65, § 1º, e 69, § 6º, da Lei nº 14.133/2021.

9.4.7. Demonstrações intermediárias serão admitidas nas hipóteses legalmente cabíveis, preservada a apresentação dos documentos contábeis exigíveis para o período de existência da pessoa jurídica.

9.4.8. Para cooperativa, auditoria contábil-financeira quando legalmente exigida, ou declaração fundamentada de sua dispensa, segundo a legislação específica.

9.4.9. A situação financeira será aferida pelos índices LG = (AC + RLP)/(PC + PNC), LC = AC/PC e SG = AT/(PC + PNC), com resultados superiores a 1. AC corresponde ao ativo circulante; RLP, ao realizável a longo prazo; PC, ao passivo circulante; PNC, ao passivo não circulante; AT, ao ativo total.

9.4.10. A memória dos índices será assinada pelo profissional contábil. Se qualquer resultado for igual ou inferior a 1, a licitante deverá comprovar patrimônio líquido mínimo de 10% do valor estimado da contratação, como requisito alternativo de aptidão econômico-financeira.

9.4.11. Na ocorrência de denominador zero, o profissional contábil apresentará memória e explicação da composição patrimonial. A Administração examinará os demonstrativos e a comprovação alternativa de patrimônio líquido, quando necessária, podendo diligenciar para esclarecimento das condições preexistentes.

9.4.12. Relação dos compromissos públicos e privados que importem diminuição da capacidade econômico-financeira, excluídas as parcelas já executadas, conforme art. 69, § 3º, e Anexo XII. A inexistência de compromissos será declarada expressamente.

9.4.13. A relação indicará contratante, identificação, objeto, vigência, valor total, valor executado e saldo a executar, na data da apresentação das propostas, com informações suficientes para verificação de sua consistência.

9.4.14. A demonstração de consistência dos compromissos poderá ser diligenciada por consulta aos contratantes e registros oficiais. Divergências serão analisadas quanto à materialidade, data, execução e efeito na capacidade; declaração falsa será apurada em processo próprio, sem dispensar exame dos fatos.

9.4.15. A comprovação econômico-financeira será examinada com base nos demonstrativos, índices e demais documentos exigidos neste item, observadas as condições específicas de cada natureza jurídica.

9.4.16. Declaração de que a licitante cumpre as normas trabalhistas, de saúde e de segurança do trabalho aplicáveis às atividades relacionadas ao fornecimento do objeto, responsabilizando-se pela adoção das medidas de proteção necessárias durante a entrega e, quando prevista no respectivo item.

9.4.17. Os licitantes deverão apresentar declaração, em modelo próprio da empresa, contendo a discriminação detalhada das alíquotas dos impostos incidentes sobre a operação, devidamente assinada pelo contador legalmente habilitado e pelo representante legal da empresa, sob as penas da lei. A ausência desta declaração ou a apresentação de informações inverídicas poderá ensejar a desclassificação do licitante, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

9 5 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.5.1. Um ou mais atestados de pessoas jurídicas públicas ou privadas que comprovem execução satisfatória de organização de concurso ou seleção pública de pessoal, abrangendo elaboração, aplicação, correção de provas e processamento de resultados. Será admitido somatório que, em conjunto, demonstre essas parcelas, sem exigência de simultaneidade.

9.5.2. Os atestados identificarão emissor, licitante, objeto, atividades executadas e período ou conclusão do serviço. Sua autenticidade e conteúdo poderão ser verificados junto aos emissores e mediante documentação complementar pertinente.

9.5.3. A comprovação observará o art. 67 da Lei nº 14.133/2021, admitida diligência para verificar a autenticidade e esclarecer condições preexistentes, com documentos complementares de execução. Eventual meio alternativo observará a regulamentação municipal aplicável.

9.5.4. Relação e qualificação da equipe mínima prevista no TR, com formação pertinente, experiência e compromisso de disponibilidade. A comprovação de disponibilidade poderá ocorrer por vínculo societário, emprego, prestação de serviços ou compromisso de contratação acompanhado da anuência do profissional.

9.5.5. Os profissionais pontuados participarão pessoalmente; substituição depende de qualificação equivalente ou superior e aprovação, conforme arts. 38 e 67, § 6º. A pontuação adicional é disciplinada exclusivamente pelo Anexo X e não transforma toda experiência pontuável em requisito mínimo eliminatório.

9.5.6. Declaração de conhecimento das informações e condições necessárias à execução dos serviços, nos termos do Anexo VIII.

9.5.7. Declaração de conformidade técnica e integridade: compromisso com metodologia prevista, equipe habilitada, cadeia de custódia, sigilo de provas, segurança de dados, acessibilidade, prevenção a fraudes e prestação de contas das inscrições, conforme modelo do Anexo VIII.

9.5.8. Declaração de cumprimento da reserva de cargos para pessoa com deficiência e reabilitado da Previdência Social, quando legalmente aplicável, conforme art. 63, IV, da Lei nº 14.133/2021 e Anexo XIII.

9.5.9. Os profissionais indicados deverão demonstrar formação e experiência compatíveis com as respectivas funções e com as disciplinas e atividades sob sua responsabilidade.

9.5.10. As declarações de disponibilidade e conformidade vincularão a contratada durante a execução, sem prejuízo da fiscalização da estrutura e dos recursos efetivamente mobilizados.

9 6 OUTRAS COMPROVAÇÕES E SANEAMENTO

9.6.1. Documentos deverão estar em nome da licitante, observadas as exceções de matriz/filial e de sua natureza. A validade será a indicada pelo emissor e na norma pertinente; documentos permanentes não precisam ser reemitidos por regra genérica do edital.

9.6.2. As declarações exigidas neste item poderão ser reunidas em documento único, desde que contemplem integralmente os conteúdos e sejam subscritas por representante habilitado. Não haverá inabilitação por não utilização literal de formulário quando atendido o conteúdo exigido.

9.6.3. A garantia de execução contratual observará o item 15 deste edital e o item 18 do TR.

9.6.4. Havendo necessidade de análise minuciosa, a sessão será suspensa com data de retomada comunicada. A Administração deverá motivar cada decisão, preservar condições preexistentes e assegurar contraditório e recursos nas hipóteses legais.

10 DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. A proposta final será encaminhada em até 2 dias úteis da convocação, prorrogáveis por motivo aceito, em português, com assinatura eletrônica válida, preço global em reais e composição por etapa compatível com os marcos do TR.

10.2. A proposta comercial final e os compromissos técnicos aceitos integrarão o contrato, com os preços, cronograma, produtos e responsabilidades estabelecidos no edital e no TR.

10.3. A conta municipal de arrecadação e os meios de pagamento autorizados serão informados pela Tesouraria e divulgados aos candidatos no edital de abertura. O sistema da banca será integrado aos dados de cobrança e retorno fornecidos pelo Município, com rastreabilidade e acesso restrito.

11 DOS RECURSOS

11.1. Após o julgamento e após os atos de habilitação ou inabilitação, será disponibilizado prazo de pelo menos 20 minutos para manifestação imediata da intenção de recorrer, sob pena de preclusão. Não se exige antecipação integral das razões nem se examina o mérito nessa admissibilidade.

11.2. As razões serão apresentadas em fase recursal única em 3 dias úteis da intimação ou lavratura da ata de habilitação ou inabilitação, na ordem ordinária adotada, nos termos do art. 165, § 1º. As contrarrazões terão igual prazo da intimação ou divulgação da interposição, com vista dos elementos indispensáveis.

11.3. O recurso será dirigido à autoridade que praticou o ato, que poderá reconsiderar em 3 dias úteis ou encaminhar à superior, para decisão em até 10 dias úteis do recebimento. Aplicam-se os efeitos do art. 168, com invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12 DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1. A sessão poderá ser reaberta por provimento de recurso, invalidação de ato, necessidade de saneamento ou convocação de remanescentes na forma legal. Serão repetidos apenas os atos afetados e dependentes.

12.2. A retomada será comunicada a todos os participantes pelo sistema eletrônico, com antecedência que assegure o acompanhamento e o exercício dos direitos correspondentes.

12.3. A convocação será feita pelo sistema e canais oficiais, com antecedência compatível, dados atualizados e possibilidade de acompanhamento. Não se retoma etapa de lances inexistente neste certame.

13 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. Julgados os recursos, constatada a regularidade dos atos praticados, a Autoridade Superior adjudicará e homologará a licitação.

13.2. Aplicam-se as providências do art. 71, inclusive retorno para saneamento, revogação por motivo superveniente comprovado e anulação por ilegalidade, com manifestação dos interessados quando cabível. A homologação da licitação não se confunde com homologação do resultado do concurso.

14 DA EQUIPE TÉCNICA

14.1. A contratada executará os serviços com a equipe mínima e os profissionais que tenham integrado a pontuação técnica, observadas as funções, a disponibilidade e os compromissos assumidos.

14.2. A substituição de profissional pontuado dependerá de aprovação da Administração e comprovação de qualificação equivalente ou superior, mantida a participação direta e pessoal exigida pelos arts. 38 e 67, § 6º, da Lei nº 14.133/2021.

15 DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

15.1. Será exigida garantia de execução correspondente a 5% do valor inicial do contrato, nos termos dos arts. 96 a 100 da Lei nº 14.133/2021.

15.2. A modalidade será escolhida pela contratada entre as legalmente admitidas, inclusive título de capitalização de pagamento único e resgate pelo valor total. Para seguro-garantia, respeitar-se-á prazo mínimo de um mês da homologação antes da assinatura, conforme art. 96, § 3º.

15.3. Nas demais modalidades, a garantia será prestada em até 10 dias úteis da assinatura, prorrogáveis uma vez por igual prazo mediante justificativa aceita. Será adequada às alterações, recomposta após utilização e liberada conforme o TR e a lei. A garantia não autoriza retenção ou movimentação das inscrições pela contratada.

16 DO TERMO DE CONTRATO

16.1. Após a homologação, será celebrado contrato administrativo conforme Anexo IX, com vigência, obrigações, remuneração, garantia e demais condições definidas neste edital e seus anexos.

16.2. O adjudicatário será convocado para assinar em 5 dias úteis, prorrogáveis uma vez por igual prazo. A opção por seguro-garantia adequará a data da assinatura ao prazo mínimo legal de um mês da homologação, sem contradição entre os prazos.

16.3. A recusa injustificada, quando convocado na validade da proposta, ensejará apuração de responsabilidade e providências do art. 90. Remanescentes poderão ser convocados nas condições legais, após habilitação, aceitação e atualização da classificação quando cabível.

16.4. O contrato identificará vigência, execução, preço, dotação, pagamentos, arrecadação municipal e responsabilidades. As assinaturas eletrônicas observarão a legislação e a regulamentação municipal aplicáveis. A divulgação no PNCP ocorrerá em até 20 dias úteis da assinatura, como condição de eficácia.

17 DO REAJUSTAMENTO E DO EQUILÍBRIO

17.1. O preço contratual terá como data-base a data do orçamento estimado constante dos autos. Após o interregno mínimo de um ano contado dessa data, será aplicado o IPCA às obrigações sujeitas a reajustamento, conforme item 16.7 do TR.

17.2. O reajuste do contrato não altera automaticamente taxas de inscrição já publicadas nem autoriza cobrança complementar aos candidatos. A recomposição extraordinária observará o art. 124, II, d, mediante comprovação do evento, nexo causal e repercussão financeira.

17.3. Os pedidos de recomposição econômico-financeira serão decididos em até 30 dias da instrução completa, prorrogáveis motivadamente.

18 DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

18.1. O recebimento provisório ocorrerá em até 5 dias úteis da entrega, e o definitivo em até 10 dias úteis após o provisório, mediante termos e verificações do TR, observada a correção das pendências.

18.2. A fiscalização abrangerá produtos, sigilo, equipe pontuada, acessibilidade, cronograma e movimentação financeira. A anuência do fiscal não exonera a banca. A homologação administrativa do concurso não condicionará indefinidamente o aceite de produto efetivamente concluído quando a demora não lhe for imputável.

19 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

19.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

19.2. Permanecem com o Município a definição e validação dos cargos e vagas, atos administrativos de sua competência, controle da arrecadação, homologação e provimento. A banca executará os serviços e as obrigações de sigilo, dados, qualidade, custódia e prestação de contas, inclusive os diferenciais pontuados.

20 DA REMUNERAÇÃO E DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

20.1. O Município pagará o preço global contratado conforme os produtos aceitos nos marcos M1 a M5, nos percentuais de 10%, 15%, 35%, 25% e 15%, respectivamente, observados os itens 13, 15 e 16 do TR. É vedada remuneração por retenção ou apropriação direta de taxas de inscrição.

20.2. A remuneração não varia automaticamente em razão da arrecadação. Os custos dos candidatos isentos e da variação ordinária de demanda dentro dos limites publicados integram a proposta. Alterações de escopo ou quantitativos além desses limites dependerão de análise técnica, orçamentária e formalização legal.

20.3. Cada pagamento dependerá de documento fiscal idôneo, medição, atesto, liquidação e ordem de pagamento, com retenções legais e observância da ordem cronológica aplicável. A arrecadação de taxa não comprova execução de serviços nem autoriza antecipação de pagamento.

20.4. A Tesouraria manterá o controle financeiro das inscrições e executará restituições autorizadas. A banca fornecerá os dados e relatórios necessários. Em suspensão, cancelamento ou falha, serão apuradas as entregas efetivas, os direitos dos candidatos e a responsabilidade de cada parte, preservado o ressarcimento de danos comprovados.

21 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. As infrações do art. 155 sujeitam o responsável a advertência, multa, impedimento ou inidoneidade nas hipóteses e âmbitos do art. 156, mediante processo, proporcionalidade, contraditório e ampla defesa.

21.2. Na licitação, deixar documentos, não manter proposta ou não assinar injustificadamente poderá ensejar multa de 5% do valor estimado de remuneração. Falsidade, fraude, comportamento inidôneo, atos ilícitos e lesivos dos incisos VIII a XII poderão ensejar multa de 20% dessa base e demais sanções legais.

21.3. Na execução: mora de 0,5% ao dia da parcela em atraso, até 10% dessa parcela; inexecução parcial, 5% do valor contratual atualizado; parcial com grave dano, 10%; total, 20%; condutas dos incisos VIII a XII, 20%. O total das multas observará o teto de 30% e os limites legais, sem duplicidade pelo mesmo fato.

21.4. Recebimento indevido de inscrições, alteração não autorizada de dados de cobrança, ocultação de registros ou obstrução de auditoria serão apurados conforme os fatos e sua tipificação, com devido processo, ressarcimento e demais consequências legais cabíveis.

21.5. Advertência aplica-se à inexecução parcial sem necessidade de sanção mais grave. Impedimento terá duração de até 3 anos no âmbito do ente; inidoneidade, de 3 a 6 anos, conforme arts. 156 e 158. A multa poderá cumular com outras sanções nos limites legais.

21.6. Serão observadas defesa de 15 dias úteis nos casos legais e comissão de responsabilização quando exigida. Das sanções de advertência, multa e impedimento cabe recurso em 15 dias úteis, com reconsideração em 5 e decisão superior em até 20 dias úteis do recebimento; da inidoneidade, reconsideração em 15, decidida em até 20 dias úteis. Aplicam-se os efeitos do art. 168 e registros no Ceis/Cnep no prazo legal.

21.7. A licitação e a execução observarão integridade e vedação de práticas corruptas, fraudulentas, concertadas, coercitivas e obstrutivas. Créditos da contratada e receitas públicas de inscrição serão apurados e registrados separadamente.

22 DA IMPUGNAÇÃO E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO

22.1. Qualquer pessoa poderá impugnar o edital ou solicitar esclarecimentos até 3 dias úteis antes da abertura, por meio do Portal de Compras Públicas, no campo próprio do certame.

22.2. A resposta será divulgada no prazo de até 3 dias úteis do recebimento, limitado ao último dia útil anterior à abertura, conforme art. 164. Efeito suspensivo será motivado. As respostas vinculam os participantes e a Administração.

22.3. A alteração que afetar a formulação das propostas exige retificação, nova divulgação e reabertura do prazo integral aplicável. Não se modificam critérios de pontuação ou regime financeiro por simples esclarecimento posterior à disputa.

23 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. Da sessão pública da Concorrência divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

23.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

23.3. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

23.4. Na contagem dos prazos observar-se-á o art. 183. Não havendo expediente ou ocorrendo impedimento da sessão, nova data e hora serão comunicadas no sistema, preservados publicidade e direitos dos participantes.

23.5. Falhas formais sem alteração da substância poderão ser saneadas, com motivação e isonomia. A interpretação favorecerá competição sem afastar requisitos essenciais. Informações falsas ensejarão apuração e consequências legais.

23.6. Divergências relevantes entre edital e anexos serão resolvidas por esclarecimento ou retificação antes da disputa quando afetarem as propostas, sem regra genérica que permita mudar o objeto após a seleção. Revogação e anulação observarão o art. 71 e seus efeitos legais.

23.7. O edital será divulgado integralmente no PNCP, na plataforma e no sítio oficial, com extrato no Diário Oficial e em jornal diário de grande circulação, conforme art. 54. Os autos estarão acessíveis pelos meios oficiais e na Av. Presidente Vargas, 310, Centro, Chapadinha/MA, com resguardo de sigilo legal e dados pessoais.

23.8. Aplicam-se a Lei nº 14.133/2021, a LC nº 123/2006, a Lei Municipal nº 1.517/2026 e a regulamentação municipal pertinente, observadas as normas de proteção de dados, acessibilidade e os direitos dos candidatos.

24 DOS ANEXOS E DA ASSINATURA

24.1. Integram o edital:

Anexo I – Termo de Referência;
Anexo II – Minuta proposta de preços;
Anexo III – Declaração de sujeição e fatos impeditivos;
Anexo IV – Declaração sobre trabalho de menores;
Anexo V – Elaboração independente;
Anexo VI – Porte ME/EPP;
Anexo VII – Ausência de impedimento;
Anexo VIII – Requisitos e conformidade técnica;
Anexo IX – Minuta contratual;
Anexo X – Matriz de técnica e preço;
Anexo XI – Roteiro técnico;
Anexo XII – Relação de compromissos assumidos;
Anexo XIII — Declaração de Cumprimento da Reserva Legal de Cargos.
Anexo XIV – Termo de confidencialidade e ausência de conflito de interesses.

Chapadinha/MA, 19 de Outubro de 2026.

Luciano de Souza Gomes
Agente de Contratação

ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

Contratação de banca organizadora de concurso público | Concorrência Eletrônica nº 026/2026 | Processo administrativo nº 5707/2026.

Unidade requisitante e responsável pela aprovação: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

1 Objeto e condições gerais

1.1. Contratação de empresa especializada para planejamento, organização e execução de concurso público destinado ao provimento de cargos efetivos do Poder Executivo do Município de Chapadinha/MA, compreendendo inscrições, elaboração, aplicação e correção das provas, processamento dos resultados, análise de recursos e entrega do acervo, conforme a Lei Municipal nº 1.517/2026 e as condições do Termo de Referência.

1.2. O objeto constitui serviço não contínuo, contratado por escopo, com execução integrada e responsabilidade da organizadora pelos produtos e marcos definidos neste TR.

1.3. As etapas e os serviços contratados são os definidos no quadro de dimensionamento deste TR, com os respectivos quantitativos, critérios, recursos, produtos e responsabilidades.

1.4. A execução será por escopo, com adjudicação global, preço global certo e pagamentos pelo Município conforme as etapas recebidas. As inscrições serão arrecadadas exclusivamente pelo Município, na forma do item 16.

1.5. A vigência contratual será de 12 meses, contada da assinatura, e o prazo de execução de 180 dias a partir da ordem de serviço, após a eficácia do contrato. A vigência deverá abranger recebimento, pagamento e encerramento. Aplica-se o art. 111 da Lei nº 14.133/2021 aos contratos por escopo, sem afastar as providências e responsabilidades por atraso imputável à contratada.

2 Planilha de contratação e dimensionamento

Item	Descrição do serviço	Unid.	Qtd.	Preço máximo unit.	Valor máximo global
01	Contratação de empresa especializada para planejamento, organização e execução de concurso público destinado ao provimento de cargos efetivos do Poder Executivo do Município de Chapadinha/MA, compreendendo inscrições, elaboração, aplicação e correção das provas, processamento dos resultados, análise de recursos e entrega do acervo, conforme a Lei Municipal nº 1.517/2026 e as condições do Termo de Referência.	Serviço	1	R$ 882.767,33	R$ 882.767,33

2.1. Valor máximo estimado de remuneração: R$ 882.767,33 (Oitocentos e oitenta e dois mil, setecentos e sessenta e sete reais e trinta e três centavos. Data base do orçamento estimado: 09/2026.

2.2. A contratada prestará os serviços de inscrições e apoio à conciliação; o Município emitirá ou autorizará os instrumentos de cobrança e arrecadará integralmente os valores em conta de sua titularidade. O preço global contratado será pago por etapas, independentemente do resultado financeiro das inscrições.

Quadro legal de cargos e vagas criadas

Cargo conforme Lei nº 1.517/2026	Vagas criadas	Jornada semanal
Advogado	2	30h
Assistente Social	5	30h
Auxiliar Administrativo	40	30h
Contador	2	30h
Enfermeiro	10	30h
Engenheiro Civil	1	30h
Engenheiro Eletricista	1	30h
Fiscal de Tributos	2	30h
Fisioterapeuta	2	30h
Fonoaudiólogo	2	30h
Motorista Categoria D	5	30h
Nutricionista	2	20h
Odontólogo	2	30h
Professor da Educação Infantil	70	20h
Professor de Educação Física – Licenciatura Plena em Educação Física	2	20h
Professor do Ensino Fundamental – Anos Iniciais – Licenciatura Plena em Pedagogia	70	20h
Professor Ensino Fundamental – Anos Finais – Licenciatura Plena em Letras habilitação em língua portuguesa e língua estrangeira	30	20h
Professor Ensino Fundamental – Anos Finais – Licenciatura Plena em Ciências	20	20h
Professor Ensino Fundamental – Anos Finais – Licenciatura Plena em Matemática	30	20h
Psicólogo	5	30h
Psicopedagogo	5	20h
Técnico em Enfermagem	20	30h
Terapeuta Ocupacional	2	30h
TOTAL	330	

O quadro reproduz o Anexo Único da Lei nº 1.517/2026 e não substitui a definição do quantitativo final do concurso prevista no art. 4º. O Município deverá validar as vagas a ofertar e consolidar requisitos, vencimentos, atribuições, reservas e etapas por cargo antes da divulgação da licitação. A lei não define taxas de inscrição, salários ou quantitativo de cadastro de reserva.

2.3. O Município fixará as taxas, isenções e parâmetros de demanda por cargo ou escolaridade antes da divulgação da licitação. Todas as propostas deverão abranger o mesmo quadro de serviços, estimativas e capacidade máxima publicados.

Av. Presidente Vargas, nº 310 – Centro, CEP: 65.500-000
CNPJ. 06.117.709/0001-58 – cplchapadinha2021@gmail.com

2A TABELA DE INSCRIÇÕES E ESTIMATIVA ECONÔMICA

Grupo ou cargo	Taxa fixada pelo Município	Pagos estimados	Isentos estimados	Receita estimada
Nível superior	R$ 120,00	6.861	343	R$ 782.160,00
Nível médio e técnico	R$ 80,00	1.139	30	R$ 88.720,00

A receita estimada será a soma das inscrições pagas previstas por grupo multiplicadas pelas respectivas taxas. Isentos não geram receita, mas compõem o dimensionamento e o custo dos serviços. O orçamento máximo da contratação será obtido por pesquisa de preços própria, e não pela simples soma da arrecadação esperada. As taxas serão definidas e motivadas pelo Município antes da divulgação, conforme quadro econômico deste TR.

3 Fundamentação da necessidade e escolha da solução

3.1. A Lei Municipal nº 1.517, de 8 de setembro de 2026, autoriza a realização de concurso para provimento de cargos efetivos. A solução visa permitir seleção impessoal, transparente e tecnicamente adequada, em conformidade com o art. 37, II, da Constituição Federal, respeitadas as atribuições legais da Administração.

3.2. A execução especializada compreende a integração do planejamento, dos instrumentos de avaliação, da segurança, da logística e do processamento de resultados, com equipe e recursos compatíveis com o quadro de dimensionamento.

3.3. A seleção ocorrerá por concorrência eletrônica, técnica e preço, conforme arts. 6º, XXXVIII, 29 e 36 da Lei nº 14.133/2021. O ETP deverá demonstrar a natureza especial do serviço e a relevância da qualidade técnica além dos requisitos mínimos. A avaliação observará o Anexo X, mediante julgamento objetivo e motivado.

3.4. Serão atribuídos pesos de 70% à técnica e 30% ao preço, conforme a matriz de julgamento. O preço será o valor global dos serviços para execução integral dos serviços definidos neste TR.

3.5. A contratação será regida pela Lei nº 14.133/2021 e pelo Decreto Municipal nº 008/2023, com observância dos princípios de impessoalidade, publicidade, eficiência, competitividade e julgamento objetivo.

3.6. A organização do concurso observará a Constituição Federal, a Lei Municipal nº 1.517/2026, a legislação dos cargos e as normas aplicáveis aos candidatos, às reservas de vagas, às isenções e à acessibilidade.

4 Planejamento e governança do concurso

4.1. A Administração designará comissão do concurso, gestor e fiscais do contrato. A comissão acompanhará a execução e submeterá os atos de sua competência à autoridade municipal. A homologação do concurso, a nomeação e os demais atos de provimento permanecerão de competência do Município.

4.2. A contratada apresentará plano de trabalho executivo em até 10 dias úteis da ordem de serviço, contendo cronograma, matriz de responsabilidades, equipe, dimensionamento operacional, plano de segurança, acessibilidade, comunicação, proteção de dados, contingência e relação dos produtos. O Município decidirá em até 5 dias úteis, com motivação de eventuais ajustes.

4.3. A contratada não iniciará inscrições nem divulgará edital de abertura sem aprovação formal da autoridade competente. A aprovação não afasta sua responsabilidade por erros técnicos, omissões ou descumprimento do TR.

4.4. Reuniões de acompanhamento ocorrerão na mobilização e antes de cada marco crítico, com atas, pendências, responsáveis e prazos. O fiscal manterá registro de ocorrências e controle das alterações aprovadas.

4.5. Nenhuma autoridade ou servidor terá acesso antecipado desnecessário ao conteúdo sigiloso das provas. A conferência administrativa das regras e dos conteúdos programáticos não autoriza circulação irrestrita de questões e gabaritos.

5 Edital de abertura e comunicação com candidatos

5.1. A contratada elaborará minutas de edital de abertura e comunicados, consolidando cargos, vagas, requisitos, atribuições, remuneração, jornada, etapas, critérios, desempates, reservas legais, isenções, atendimento especial, recursos e cronograma, a partir das informações oficiais fornecidas pelo Município.

5.2. A banca verificará coerência entre requisitos e atribuições legais, compatibilidade das provas com os cargos, clareza das regras de pontuação e acessibilidade da informação. Dúvidas jurídicas ou divergências de legislação serão submetidas ao Município antes da publicação.

5.3. O sítio do concurso disponibilizará gratuitamente versões acessíveis dos editais, retificações, respostas gerais, cronograma, resultados e instruções. A publicação no sítio da banca não substitui publicações oficiais de responsabilidade do Município.

5.4. Haverá atendimento por canal eletrônico com protocolo e por telefone em dias úteis, em horário comercial indicado no edital de abertura. Respostas ocorrerão em até 2 dias úteis, ressalvadas demandas urgentes relacionadas a prazos em curso, que terão tratamento prioritário.

5.5. Retificações que alterem condições de participação ou avaliação deverão ser previamente aprovadas, amplamente divulgadas e acompanhadas dos ajustes de prazo necessários. Não haverá alteração de critérios após a etapa a que se referem, salvo cumprimento de determinação legal ou decisão competente devidamente motivada.

6 Inscrições e arrecadação

6.1. As inscrições serão realizadas em ambiente eletrônico com confirmação de recebimento, recuperação segura de acesso, registro de alterações e emissão de comprovante. O sistema deverá tratar duplicidades e opções de cargo segundo regras prévias, preservando trilhas de auditoria.

6.2. Os valores de inscrição serão fixados e motivados pelo Município antes da publicação da licitação, por cargo ou escolaridade, considerando acessibilidade econômica, custos e referências de mercado. A vencedora não poderá escolhê-los, majorá-los ou cobrar tarifa adicional unilateralmente. Isenções terão fundamento nas normas aplicáveis ao Município, com critérios e recurso previamente publicados.

6.3. Os pagamentos serão realizados exclusivamente em favor do Município, por documento de arrecadação, boleto registrado, Pix ou outro meio autorizado pela Tesouraria, com identificação da inscrição. A conta de destino será de titularidade municipal. A banca não terá acesso a credenciais bancárias, poderes de movimentação ou possibilidade de alterar o beneficiário sem validação da Tesouraria.

6.4. A banca produzirá conciliação diária dos registros de inscrição com os arquivos de retorno ou informações disponibilizadas pela Tesouraria, discriminando pagamentos, duplicidades, isenções, estornos e pedidos de devolução. A restituição será autorizada e executada pelo Município, com trilha de auditoria e sem desconto operacional indevido do valor devido ao candidato.

6.5. Os candidatos isentos serão atendidos sem cobrança e seus custos integrarão o preço global. A baixa arrecadação não reduz o pagamento devido por serviços aceitos. Variações ordinárias de inscritos dentro da capacidade máxima publicada integram o risco da banca; alterações de escopo, ampliação além do limite publicado e eventos extraordinários observarão a matriz de riscos e a legislação.

7 Sistema eletrônico e proteção de dados

7.1. O ambiente do concurso utilizará comunicação criptografada, controle de acesso por perfil, autenticação reforçada para usuários administrativos, segregação de funções, registros de acesso e alteração, cópias de segurança e procedimento testado de restauração.

7.2. A contratada demonstrará, antes das inscrições, testes de carga compatíveis com a demanda estimada, monitoramento e contingência. A disponibilidade mensal mínima será de 99,5% durante inscrições e recursos, medida pelo tempo disponível dividido pelo total de minutos do período, descontadas apenas manutenções previamente aprovadas fora das últimas 48 horas de prazo.

7.3. Indisponibilidades imputáveis à banca que comprometam inscrições ou recursos ensejarão recomposição dos prazos afetados, com aprovação e comunicação pública, sem prejuízo das providências contratuais. O atendimento do indicador não afasta o dever de corrigir falhas pontuais que afetem candidatos.

7.4. O Município atuará como controlador dos dados nas operações determinadas para o concurso e a contratada como operadora, sem prejuízo de responsabilidades próprias por tratamentos que decidir autonomamente. Serão observados os arts. 7º, 11, 23, 37, 39 e 46 da Lei nº 13.709/2018, conforme a natureza dos dados e a base legal aplicável.

7.5. Os dados serão limitados à finalidade pública do concurso. Ficam vedados publicidade comercial, comercialização de cadastros e reutilização para fins próprios. Suboperadores dependerão de autorização prévia e das mesmas obrigações de segurança e confidencialidade.

7.6. Incidente com dados ou suspeita relevante será comunicado ao Município sem demora indevida e em até 24 horas da ciência, com informações disponíveis, medidas de contenção e atualização progressiva. Esse prazo contratual não substitui os prazos legais e regulamentares de comunicação à ANPD e aos titulares.

7.7. A divulgação de resultados observará transparência e minimização: nome e dados estritamente necessários, sem exposição integral de CPF, documentos, endereço, informações de saúde ou identificação indevida de condições protegidas. O atendimento aos titulares ocorrerá sob orientação do Município.

7.8. A contratada manterá os dados e registros sob sua responsabilidade durante a execução contratual e até a entrega integral do acervo ao Município, com comprovação de recebimento e integridade. A guarda posterior observará a tabela de temporalidade documental aplicável e as obrigações legais de conservação. Após a transferência do acervo, as cópias mantidas pela contratada sem fundamento legal para retenção serão eliminadas mediante autorização formal do Município e emissão de certificado de eliminação, observadas as exigências arquivísticas aplicáveis. Não serão eliminados documentos sujeitos à guarda obrigatória, auditoria, investigação ou processo administrativo ou judicial. A transferência internacional de dados dependerá de autorização prévia do Município e do cumprimento da LGPD.

8 Equipe e integridade

8.1. A equipe mínima deverá conter coordenação geral, responsável pedagógico por elaboração e revisão de provas, responsável de tecnologia e segurança da informação e coordenação logística. Os elaboradores e revisores deverão ter formação e experiência compatíveis com as disciplinas e os cargos atendidos.

8.2. Os profissionais cuja experiência compuser a nota técnica participarão direta e pessoalmente da execução. Sua substituição dependerá de aprovação prévia e comprovação de qualificação equivalente ou superior, sem perda do padrão pontuado, conforme arts. 38 e 67, § 6º, da Lei nº 14.133/2021.

8.3. Não se exigirá vínculo empregatício prévio como condição de participação. A disponibilidade poderá ser comprovada por vínculo societário, relação de trabalho, contrato de prestação de serviços ou compromisso de futura contratação acompanhado da anuência do profissional.

8.4. A banca e seus colaboradores firmarão termos de sigilo e declaração de conflitos de interesse. Pessoas com acesso a conteúdo reservado não poderão concorrer no certame nem atuar em preparação de candidatos para ele. Conflitos concretos, inclusive vínculos com candidatos que comprometam a imparcialidade, serão tratados por afastamento e substituição documentados.

8.5. A contratada treinará fiscais e equipes de apoio em identificação, cadeia de custódia, acessibilidade, ocorrências, proteção de dados e atendimento respeitoso. Escalas, frequência, termos e evidências de treinamento integrarão o acervo de fiscalização.

9 Elaboração e segurança das provas

9.1. As provas deverão observar conteúdo programático aprovado, nível de escolaridade, atribuições e matriz de competências por cargo. Questões, alternativas e gabaritos serão submetidos a revisão técnica e linguística independente do elaborador, com registro reservado da aprovação.

9.2. O conteúdo das provas será inédito para o certame e não poderá reproduzir questões já publicadas de forma a comprometer a isonomia. Serão mantidas justificativas técnicas e referências suficientes para análise de recursos, respeitados os direitos autorais.

9.3. O processo abrangerá controle nominal de acesso, segregação de elaboração e impressão, armazenamento seguro, inventário de arquivos, revisão sob sigilo e rastreabilidade das versões finais. É vedado utilizar ferramentas públicas que exponham questões sigilosas ou dados pessoais.

9.4. Impressão, conferência, embalagem, transporte e guarda ocorrerão em cadeia de custódia, com registros de responsáveis, quantitativos, horários e integridade dos lacres. A Administração poderá acompanhar os controles sem acesso indevido ao conteúdo.

9.5. Os malotes serão invioláveis e identificados por local e sala, com material de reserva controlado. A abertura será registrada em ata diante de testemunhas na aplicação. Sobras e materiais inutilizados terão destinação rastreável e proteção de sigilo.

9.6. A contratada responderá pela correção de erros e, quando demonstrada sua responsabilidade, pela reaplicação necessária, inclusive materiais, pessoal, locais e comunicação, sem ônus adicional ao Município, assegurada a apuração do nexo causal e a defesa. Não se transferem automaticamente à banca riscos legais imputáveis à Administração.

10 Aplicação e acessibilidade

10.1. A aplicação ocorrerá presencialmente em Chapadinha/MA, nos locais e turnos definidos no quadro de dimensionamento, com capacidade, iluminação, ventilação, sanitários, acessibilidade e condições de segurança compatíveis com o atendimento.

10.2. A contratada realizará levantamento, vistoria, organização e custeio dos espaços de aplicação, observada a disponibilização dos imóveis públicos identificados no quadro de dimensionamento e as responsabilidades atribuídas às partes.

10.3. A alocação respeitará capacidade e condições do atendimento especial. A estrutura mínima será de dois fiscais por sala de até 40 candidatos, um coordenador por local e equipe de apoio proporcional, com fiscais volantes, sanitários e equipe de reserva definidos no plano operacional aprovado.

10.4. O plano de aplicação contemplará identificação dos candidatos, controle de entrada e permanência, proibição e acondicionamento de eletrônicos, verificação de materiais, atas de sala, horários sincronizados, lacres, recolhimento e conferência de cartões e prevenção de troca de candidatos.

10.5. Detectores de metais serão disponibilizados em quantidade compatível com os locais e fluxos de acesso e sanitários, com procedimento respeitoso e alternativas para situações clínicas justificadas. Biometria somente será utilizada mediante necessidade demonstrada, definição de base legal e controles específicos para dados sensíveis.

10.6. Serão providos recursos de acessibilidade e adaptações razoáveis segundo as necessidades deferidas e normas aplicáveis, inclusive formatos acessíveis, intérprete de Libras, ledor, transcritor, mobiliário e tempo adicional quando cabíveis. O edital disciplinará solicitações, documentação proporcional e recursos.

10.7. O atendimento a lactantes e outras condições protegidas observará a legislação aplicável, com procedimentos claros para acompanhante, espaço reservado e compensação de tempo quando devida. As decisões deverão ser motivadas e não discriminatórias.

10.8. Os planos de contingência abrangerão falta de energia, chuvas, indisponibilidade de local, ausência de pessoal, incidentes de segurança, emergência médica e falhas de material, com responsáveis e comunicação imediata ao Município.

11 Correção e etapas complementares

11.1. Os cartões de resposta serão digitalizados com conferência de consistência, dupla verificação das exceções e trilha de alterações. A captura e o processamento serão auditáveis e permitirão disponibilizar ao candidato sua imagem e o espelho de respostas, com acesso autenticado.

11.2. Gabaritos preliminares, decisões de recursos, gabaritos definitivos e notas serão publicados nos prazos do edital de abertura. Anulações e alterações serão aplicadas uniformemente segundo as regras previamente divulgadas, sem distinção entre candidatos que recorreram ou não.

11.3. Provas discursivas, se incluídas no quadro de dimensionamento, terão rubrica de correção divulgada, anonimização, correção independente por dois avaliadores e procedimento de divergência previamente definido. A identificação do candidato ficará segregada da correção.

11.4. Provas práticas, se previstas, terão tarefas, materiais, locais, critérios, pontuação e registros de avaliação definidos por cargo, com condições equivalentes. A documentação e eventual gravação respeitarão necessidade, acessibilidade e proteção de dados.

11.5. A avaliação de títulos, se contratada, observará pontuação limitada e critérios objetivos previamente publicados, documentos verificáveis e recurso. Não serão aceitos títulos fora das hipóteses do edital de abertura.

11.6. As avaliações e bancas específicas previstas no quadro de dimensionamento observarão a legislação pertinente, com composição qualificada, critérios objetivos, procedimentos de registro e instância recursal.

12 Recursos e resultados

12.1. O candidato poderá recorrer das decisões nas etapas estabelecidas no edital de abertura, em canal acessível com protocolo e comprovação da tempestividade. O prazo de cada recurso será previamente fixado no cronograma, em período suficiente ao exercício efetivo do direito.

12.2. As respostas serão individualizadas ou agrupadas por fundamento idêntico de modo identificável, com motivação técnica que enfrente a questão apresentada. Respostas genéricas sem exame do objeto do recurso não serão consideradas entrega adequada.

12.3. Os recursos serão examinados por profissionais habilitados, com revisão independente quando necessária à imparcialidade. A decisão será documentada e preservada no acervo, com publicidade compatível com a proteção de dados e de informações reservadas.

12.4. A contratada entregará listas de classificação geral e específicas, notas por etapa, critérios de desempate aplicados e base de dados editável e auditável, conferindo consistência entre listas e limites legais. A homologação do resultado será realizada exclusivamente pela autoridade municipal.

12.5. Durante a vigência contratual, a banca prestará subsídios técnicos para impugnações, auditorias e demandas administrativas ou judiciais sobre seus serviços, sem substituir a representação jurídica municipal. Pedidos ordinários serão atendidos em até 5 dias úteis; prazos urgentes serão definidos de acordo com a determinação recebida.

12.6. Após o encerramento, permanecem os deveres legais de guarda, sigilo, responsabilização e fornecimento de registros sob custódia. Eventual suporte operacional continuado além do escopo e da vigência dependerá de definição e cobertura contratual próprias.

13 Produtos entregáveis e medição

Marco	Produto e evidências de aceite	Percentual do preço global
M1	Plano de trabalho aprovado; matriz de responsabilidades; cronograma; plano de segurança e minutas aprovadas, com divulgação do edital de abertura	10%
M2	Inscrições encerradas e homologadas após recursos; conciliação da arrecadação e isenções; relatório de atendimento e acessibilidade	15%
M3	Provas aplicadas; atas, cadeia de custódia, frequências e relatórios de ocorrências entregues; aplicação conferida pelo fiscal	35%
M4	Correções e etapas contratadas concluídas; recursos decididos; resultados definitivos e listas consistentes entregues	25%
M5	Acervo completo transferido, relatório final, bases validadas, prestação de contas concluída e recebimento definitivo	15%

13.1. As medições corresponderão aos produtos aceitos de M1 a M5. Os percentuais de 10%, 15%, 35%, 25% e 15% incidirão sobre o preço global contratado, totalizando 100%. Cada parcela será exigível após execução, recebimento, atesto e apresentação da documentação fiscal, sem antecipação e sem retenção direta de receita de inscrições.

13.2. O acervo compreenderá editais, comunicados, atas, relação de equipes, termos de sigilo, registros de custódia, inscrições, pagamentos, isenções, atendimentos especiais, provas e gabaritos, cartões e imagens, memórias de cálculo, correções, recursos e decisões, classificações e relatórios. Serão entregues arquivos em PDF e dados estruturados em CSV ou formato aberto equivalente, com dicionário de dados e verificação de integridade, por canal seguro.

14 Indicadores e tratamento de falhas

Indicador	Meta e comprovação	Tratamento
Prazos dos marcos	100% dos prazos aprovados; relatório de cronograma	Notificação e plano de correção; multa se atraso injustificado
Disponibilidade	Mínimo de 99,5%; logs e relatório de monitoramento	Restabelecimento e recomposição de prazos dos candidatos quando afetados
Rastreabilidade	100% dos malotes e cartões com registros de custódia e conferência	Segregação do material, apuração e correção antes de validação
Recursos	100% tempestivamente decididos com motivação; relatório e decisões	Complementação ou revisão das respostas antes do aceite
Acessibilidade	100% dos atendimentos deferidos disponibilizados; fichas e atas	Correção imediata e avaliação das medidas de reparação
Acervo	100% dos produtos e bases; checklist e testes de leitura	Recebimento condicionado ao saneamento das pendências

14.1. Entregas em desconformidade serão corrigidas, e produtos não executados serão excluídos da medição. Glosas e sanções observarão bases próprias, motivação, proporcionalidade e direito de defesa, preservados os valores de restituição aos candidatos.

15 Recebimento e fiscalização

15.1. O fiscal técnico receberá provisoriamente cada entrega em até 5 dias úteis da comunicação, mediante termo que registre a verificação e eventuais pendências. O recebimento definitivo ocorrerá em até 10 dias úteis após o provisório, por servidor ou comissão designada, mediante comprovação de conformidade, na forma do art. 140 da Lei nº 14.133/2021.

15.2. O prazo de saneamento será fixado na notificação de acordo com a criticidade, sem alterar prazos legais dos candidatos. A contagem do recebimento da parte afetada ficará suspensa durante a correção de defeitos imputáveis à contratada, com registro da causa e preservação do pagamento incontroverso.

15.3. O recebimento não afasta responsabilidade por vícios, sigilo, dados, danos e demais obrigações legais. A fiscalização não caracteriza subordinação direta dos trabalhadores nem exonera a contratada.

15.4. A gestão acompanhará habilitação, cronograma, riscos, pagamentos e alterações; a fiscalização técnica verificará produtos e padrões; a fiscalização administrativa acompanhará obrigações documentais e regularidade. Os responsáveis serão designados antes da execução, observada a segregação de funções.

16 Preço pagamento e arrecadação municipal

16.1. As inscrições serão arrecadadas integralmente pelo Município em conta de sua titularidade, sob gestão da Tesouraria e registro contábil próprio. A identificação bancária específica para controle do concurso respeitará a unidade de tesouraria e não constituirá caixa autônomo da contratada.

16.2. O valor do contrato será o preço global adjudicado para o escopo e os quantitativos publicados. A obrigação de pagamento dos serviços aceitos não ficará limitada à arrecadação. A Administração demonstrará cobertura orçamentária e programação financeira para a integralidade da contratação, inclusive eventual insuficiência das inscrições.

16.3. A liquidação ocorrerá em até 10 dias úteis após recebimento definitivo da etapa e apresentação de documento fiscal válido, com suspensão do prazo exclusivamente para saneamento de pendências imputáveis à contratada, devidamente comunicadas. O pagamento ocorrerá em até 10 dias úteis da liquidação, mediante ordem bancária à conta da contratada, observada a ordem cronológica do art. 141 e as retenções tributárias legais. A parte incontroversa será liberada conforme art. 143 da Lei nº 14.133/2021.

16.4. As receitas de inscrição e seus rendimentos pertencem ao Município desde o ingresso. Saldo positivo não gera remuneração adicional da banca; baixa arrecadação não autoriza redução de parcela aceita. A contabilização e destinação das receitas observarão a legislação orçamentária e as fontes legalmente admitidas, sem vinculação automática criada por este edital.

16.5. Os pagamentos seguirão os marcos de medição, limitados cumulativamente a 10% em M1, 25% em M2, 60% em M3, 85% em M4 e 100% em M5. O último marco depende da entrega integral e aceite do acervo e relatório final. Não será exigido aguardar o encerramento das inscrições para pagar etapa anterior regularmente concluída.

16.6. A banca entregará relatório final com inscrições realizadas, deferidas, indeferidas, isentas e pagas; identificadores; valores conciliados; duplicidades; estornos e pedidos de restituição, além dos registros de sua atuação. A Tesouraria produzirá a demonstração financeira com extratos municipais, arrecadação, rendimentos, restituições e pagamentos à contratada. O encerramento será conferido pela fiscalização, sem transferência da responsabilidade de tesouraria à banca.

16.7. Após um ano contado da data-base do orçamento estimado, o IPCA reajustará os preços das obrigações elegíveis ainda pendentes, observados os arts. 25, § 7º, e 92, § 3º, da Lei nº 14.133/2021. A alteração do preço contratual não modifica automaticamente as taxas dos candidatos. Em atraso de pagamento imputável ao Município, os valores devidos serão atualizados pelo IPCA, proporcionalmente ao período entre o vencimento e o pagamento, sem duplicidade de atualização.

16.8. Em suspensão ou cancelamento, o Município decidirá e executará as restituições devidas aos candidatos. Serão apurados serviços efetivamente aceitos, danos e responsabilidade conforme a causa, sem remuneração por etapas não executadas. A contratada colaborará com dados, comunicações e preservação do acervo e ressarcirá os danos que lhe forem imputáveis após apuração.

17 Seleção e habilitação do fornecedor

17.1. O fornecedor será selecionado por concorrência eletrônica, técnica e preço, modo fechado, com propostas técnicas e comerciais separadas. O julgamento obedecerá ao Anexo X do edital e será seguido pela habilitação do primeiro classificado.

17.2. A habilitação observará o item 9 do edital, abrangendo os requisitos jurídicos, fiscais, sociais, trabalhistas, econômico-financeiros e técnicos. A relação de compromissos assumidos observará o art. 69, § 3º, da Lei nº 14.133/2021.

17.3. A capacidade técnico-operacional será comprovada por um ou mais atestados emitidos por pessoas jurídicas públicas ou privadas que comprovem execução satisfatória de organização de concurso ou seleção pública de pessoal, com elaboração, aplicação, correção e processamento de resultados. Admite-se somatório de atestados que, em conjunto, comprovem as parcelas requeridas, sem exigência de execução simultânea, tempo mínimo de existência ou localização específica.

17.4. A comprovação técnico-operacional será examinada quanto às atividades executadas, à compatibilidade com o objeto e à autenticidade dos documentos, admitida diligência para esclarecimento das condições preexistentes.

17.5. A equipe mínima será comprovada por identificação dos profissionais, qualificação pertinente e compromisso de disponibilidade. A experiência adicional será pontuada exclusivamente conforme o Anexo X do edital.

17.6. A análise de exequibilidade observará o item 8 do edital. Preços inferiores a 30% do valor estimado serão submetidos a diligência para demonstração de viabilidade, sem prejuízo da apuração de outros indícios e da regulamentação aplicável. A desclassificação dependerá de decisão motivada após a oportunidade de comprovação.

18 Garantias e subcontratação

18.1. A garantia de execução corresponderá a 5% do valor inicial do contrato, nos termos dos arts. 96 a 100 da Lei nº 14.133/2021.

18.2. O contratado escolherá uma das modalidades legalmente admitidas, inclusive título de capitalização custeado por pagamento único com resgate pelo valor total. Em seguro-garantia será assegurado prazo mínimo de um mês, contado da homologação e anterior à assinatura, na forma do art. 96, § 3º. Nas demais modalidades, a apresentação ocorrerá em até 10 dias úteis da assinatura, prorrogável uma vez por igual prazo mediante justificativa aceita.

18.3. A garantia deverá acompanhar acréscimos e prorrogações, com reposição em até 10 dias úteis de notificação após utilização. Será liberada após cumprimento das obrigações, na forma do art. 100, ressalvadas pendências apuradas.

18.4. Será admitida subcontratação de serviços de apoio material, impressão segura, hospedagem, transporte, locação e acessibilidade até o limite de 20% do valor inicial do contrato, mediante autorização prévia, demonstração de aptidão, sigilo e identificação dos custos. Permanecem sob execução direta da contratada a coordenação, a elaboração das provas, a correção, as decisões técnicas de recursos e o processamento final.

18.5. A contratada manterá responsabilidade integral pelos serviços de apoio e pela atuação pessoal dos profissionais pontuados. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica que incorra nas restrições do art. 122, § 3º, da Lei nº 14.133/2021 e na regulamentação municipal aplicável.

19 Obrigações da contratada

19.1. Executar integralmente o escopo com equipe, tecnologia, materiais e estrutura compatíveis com a proposta e os padrões aprovados; manter preposto disponível e informar substituições e ocorrências relevantes.

19.2. Assumir os custos operacionais de elaboração, tecnologia, atendimento, equipe, encargos, impressão, transporte, locações atribuídas à banca, correção, recursos, acessibilidade, integração ao sistema municipal de cobrança, tributos e entrega dos arquivos. As tarifas da conta municipal e dos instrumentos bancários contratados pelo Município caberão ao Município e não poderão ser repassadas ao candidato além da taxa publicada.

19.3. Manter as condições de habilitação, cumprir reservas legais de cargos para pessoas com deficiência, reabilitados e aprendizes quando aplicáveis e responder pelas obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias, observado o art. 121 da Lei nº 14.133/2021.

19.4. Reparar defeitos e danos causados por sua ação ou omissão ou de seus colaboradores, respeitado o nexo causal; cooperar com auditorias e fornecer documentos idôneos, sem dificultar acesso legítimo à fiscalização.

19.5. Preservar o sigilo e a integridade do concurso, a proteção de dados, a acessibilidade e a impessoalidade; não divulgar conteúdo reservado nem utilizar nome, marca ou dados do Município para publicidade sem autorização.

19.6. Ceder ao Município os direitos patrimoniais sobre os produtos intelectuais especificamente desenvolvidos no contrato, incluindo provas, gabaritos, relatórios, bases e documentação, para uso, reprodução, adaptação e fiscalização, conforme art. 93 da Lei nº 14.133/2021, respeitados os direitos morais e o sigilo legal. Sistemas e ferramentas preexistentes permanecem de titularidade da contratada, assegurados exportação integral dos dados e acesso aos registros necessários à Administração.

20 Obrigações do Município

20.1. Fornecer legislação atualizada, quadro validado de cargos e vagas, atribuições, requisitos, remuneração, regras locais de cotas e isenções, dados necessários e decisões administrativas em tempo compatível com o cronograma.

20.2. Validar e fornecer o quadro de cargos, requisitos, atribuições, jornadas e vagas que fundamentará os editais, as provas e os demais atos de execução do concurso.

20.3. Aprovar documentos e cronograma, realizar publicações oficiais, designar comissões e fiscais, fixar taxas e isenções, arrecadar as inscrições, autorizar restituições, empenhar a despesa e pagar os serviços regularmente recebidos, bem como praticar os atos de homologação e provimento.

20.4. Confirmar previamente os espaços públicos que efetivamente disponibilizará, articular apoio institucional e de segurança pública quando necessário e assegurar acesso autorizado às informações e locais sob sua responsabilidade.

20.5. Gerir a conta municipal e os instrumentos de cobrança, fornecer dados de retorno necessários à conciliação, registrar receita e despesa por valores brutos, fiscalizar a execução, decidir pedidos, conferir relatórios e executar restituições e pagamentos, com cobertura orçamentária e financeira e aplicação de medidas legais quando cabíveis.

21 Riscos e responsabilidades

Risco	Prevenção e resposta	Responsável pela causa
Vagas ou requisitos legais incorretos	Validação prévia; aprovação jurídica e do pessoal; retificação formal	Município pelos dados oficiais; banca por erro de transcrição ou falha técnica própria
Vazamento ou fraude na operação	Segregação, custódia, logs, sigilo e contingência; apuração e eventual reaplicação	Contratada quando decorrente de seus controles, pessoal ou subcontratados
Inscritos acima do cenário	Estimativa por cenários, capacidade máxima e preço máximo; vedado aumento automático de remuneração	Contratada pelo risco ordinário dentro do cenário; alterações de escopo examinadas conforme lei
Falha de sistema ou material	Testes, redundância, reserva e correção sem custo quando imputável à banca	Contratada
Indisponibilidade de prédio municipal prometido	Confirmação prévia, comunicação e alternativa aprovada	Município quando houver disponibilização formal frustrada por sua causa

Risco	Prevenção e resposta	Responsável pela causa
Força maior ou alteração legal superveniente	Registro de impactos, reprogramação e análise do equilíbrio	Conforme nexo, legislação e matriz aprovada
Erro em prova ou correção	Revisão independente, recursos, auditoria e retificação uniforme	Contratada pelos erros de sua execução

21.1. Este quadro orienta a gestão e não constitui transferência ilimitada de riscos. A análise de riscos da fase preparatória deverá detalhar probabilidade, impacto, controles e responsáveis. Eventos extraordinários serão examinados caso a caso à luz dos arts. 103 e 124 da Lei nº 14.133/2021.

22 Infrações e sanções

22.1. As infrações do art. 155 sujeitam o responsável às sanções do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, observadas gravidade, dano, nexo, circunstâncias, proporcionalidade e devido processo, conforme detalhamento do edital e do contrato.

22.2. Atraso injustificado: multa moratória de 0,5% ao dia sobre a parcela em atraso, limitada a 10% dessa parcela. Inexecução parcial: multa compensatória de 5% sobre o valor atualizado do contrato; inexecução parcial com grave dano: 10%; inexecução total: 20%. Em sua aplicação, observar-se-ão os limites legais e a individualização do fato, sem cumulação de multas moratória e compensatória pelo mesmo atraso convertido em inadimplemento.

22.3. Falsidade, fraude, conduta inidônea, atos ilícitos e atos lesivos previstos no art. 155, VIII a XII, poderão ensejar multa de 20% do valor atualizado do contrato, além das demais sanções legalmente cabíveis e reparação integral. Não se presume responsabilidade sem apuração.

22.4. Advertência aplica-se à hipótese legal de inexecução parcial quando não couber sanção mais grave. O impedimento terá duração de até 3 anos no âmbito do ente que o aplicar; a inidoneidade, de 3 a 6 anos, nos termos e âmbitos previstos no art. 156.

22.5. Serão assegurados os prazos e procedimentos dos arts. 157 a 168, inclusive defesa de 15 dias úteis nos casos legais, processo de responsabilização quando exigido e recurso ou reconsideração cabíveis. A Administração manterá registros no Ceis e Cnep nos prazos legais.

23 REGISTROS E ACOMPANHAMENTO FINANCEIRO

23.1. Classificação e identificação dos registros orçamentários e contábeis: **Unidade Orçamentária** 020700 – Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas; **Funcional Programática:** 04.122.0002.2009.0000 – Manutenção e Funcionamento da Secretaria de Administração; **Natureza da Despesa:** 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica. As operações serão registradas conforme a Lei nº 4.320/1964 e a legislação aplicável.

23.2. A fiscalização administrativa e financeira acompanhará as conciliações, medições, documentos fiscais, pagamentos e restituições. O relatório da banca será confrontado com os registros da Tesouraria, responsável pelos extratos e pela movimentação das contas municipais.

ANEXO II MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

À Prefeitura Municipal de Chapadinha/MA | Concorrência Eletrônica nº 026/2026 | Processo nº 5707/2026. Razão social, CNPJ, endereço, representante, poderes, telefone e e-mail: _____.

Oferecemos o PREÇO GLOBAL de R$ _____, por extenso _____, para execução integral do escopo e dos quantitativos publicados no TR, com pagamentos por etapas aceitas. O preço inclui todos os custos atribuídos à contratada e será utilizado no cálculo da nota de preço.

Reconhecemos que as inscrições serão arrecadadas integralmente pelo Município e que nossa remuneração será paga pelo Município conforme os marcos contratuais, sem retenção ou movimentação direta das taxas. O preço devido pelos serviços aceitos não se limita à arrecadação.

As taxas e isenções serão as fixadas pelo Município. A proposta considera os candidatos pagantes e isentos e a capacidade de atendimento publicada. Forneceremos relatórios de conciliação, sem custódia ou disponibilidade dos recursos públicos.

O preço inclui custos, encargos e tributos, financiamento inicial, equipe, materiais, tecnologia, acessibilidade e diferenciais pontuados. Anexamos composição por etapa e análise dos cenários de demanda publicados. A proposta é válida por 90 dias.

Prazo de execução e vigência: conforme TR.

Local, data e assinatura eletrônica do representante: _____/____/_____.

Item	Descrição	Unid.	Qtd.	Teto unitário	Teto global
01	Contratação de empresa especializada para planejamento, organização e execução de concurso público destinado ao provimento de cargos efetivos do Poder Executivo do Município de Chapadinha/MA, compreendendo inscrições, elaboração, aplicação e correção das provas, processamento dos resultados, análise de recursos e entrega do acervo, conforme a Lei Municipal nº 1.517/2026 e as condições do Termo de Referência.	Serviço	1	R$ _____	R$ _____

ANEXO III DECLARAÇÃO DE SUJEIÇÃO E FATOS IMPEDITIVOS

_____, CNPJ _____, por (REPRESENTANTE E PODERES), declara que conhece e aceita as condições da Concorrência Eletrônica nº 026/2026 e de seus anexos, atende às condições de participação e comunicará fatos supervenientes impeditivos, sem renúncia aos direitos de impugnação, recurso e defesa assegurados por lei.

Local, data e assinatura: ____/____/____.

Av. Presidente Vargas, nº 310 – Centro, CEP: 65.500-000
CNPJ. 06.117.709/0001-58 – cplchapadinha2021@gmail.com

ANEXO IV DECLARAÇÃO SOBRE TRABALHO DE MENORES

_____, CNPJ _____, por seu representante, declara, para fins do art. 68, VI, da Lei nº 14.133/2021 e do art. 7º, XXXIII, da Constituição, que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre nem menor de 16 anos, salvo aprendiz a partir dos 14 anos. Havendo aprendiz nessa faixa, indicar: _____.

Local, data e assinatura: ___/____/___

Av. Presidente Vargas, nº 310 – Centro, CEP: 65.500-000
CNPJ. 06.117.709/0001-58 – cplchapadinha2021@gmail.com

ANEXO V DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE

_____, CNPJ _____, declara que suas propostas técnica e comercial foram elaboradas independentemente, não resultam de ajuste entre concorrentes para frustrar a competição e não foram influenciadas por vantagem indevida oferecida a agente público. As informações são verdadeiras e serão comprovadas quando legitimamente solicitadas.

Local, data e assinatura: ___/____/___

ANEXO VI DECLARAÇÃO DO PORTE ME EPP

_____, CNPJ _____, declara enquadramento como [ME/EPP] nos termos do art. 3º da LC nº 123/2006, sem incidência das vedações legais. Declara que os contratos celebrados com a Administração no ano-calendário não excedem o limite do art. 4º, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, considerado o valor anual na hipótese do § 3º, e informará alteração que afaste os benefícios. Local, data e assinatura:

Local, data e assinatura: ___/____/___

ANEXO VII DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE IMPEDIMENTO

_____, CNPJ _____, declara que não se encontra impedida de participar da presente licitação ou contratar com o Município, à luz das vedações dos arts. 9º e 14 da Lei nº 14.133/2021 e do alcance, prazo e âmbito de sanções vigentes. Não usa interposta pessoa para contornar penalidade e comunicará situação superveniente. Esta declaração não afirma inexistência histórica de toda penalidade já extinta.

Local, data e assinatura: ___/____/___

ANEXO VIII REQUISITOS E CONFORMIDADE TÉCNICA

_____, CNPJ _____, por seu representante, declara que atende aos requisitos de habilitação, observadas as hipóteses legais de regularização fiscal e trabalhista de ME/EPP; sua proposta contempla integralmente os custos trabalhistas assegurados na Constituição, leis, normas, convenções coletivas e ajustes vigentes na data de entrega.

Declara cumprimento das reservas de cargos para pessoas com deficiência e reabilitados e demais reservas legalmente exigíveis; não utiliza trabalho degradante ou forçado; dispõe ou disporá tempestivamente de instalações, equipamentos e pessoal essenciais ao objeto.

Compromete-se com metodologia, sigilo, cadeia de custódia, segurança da informação, acessibilidade, prevenção a fraudes, atuação pessoal da equipe pontuada e apoio à conciliação de inscrições, sem movimentação de receitas municipais. Conhece as condições e informações necessárias à execução, independentemente de visita facultativa.

Identificação da equipe mínima, funções, formação, disponibilidade e anuência dos profissionais: (PREENCHER e anexar).

Local, data e assinatura do representante e anuentes: ____/_____/_____

ANEXO IX MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

Contrato nº _____/2026 | Processo administrativo nº 5707/2026 | Concorrência Eletrônica nº 026/2026.

O MUNICÍPIO DE CHAPADINHA/MA, por intermédio de PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADINHA, CNPJ 06.117.709/0001-58, com sede em Av. Presidente Vargas, nº 310 – Centro, Chapadinha/MA, representado por _____, doravante CONTRATANTE, e _____, CNPJ _____, com sede em _____, representada por _____, doravante CONTRATADA, celebram este contrato, regido pela Lei nº 14.133/2021 e pelas cláusulas seguintes.

1 Objeto e vinculação

1.1. Contratação de empresa especializada para planejamento, organização e execução de concurso público destinado ao provimento de cargos efetivos do Poder Executivo do Município de Chapadinha/MA, compreendendo inscrições, elaboração, aplicação e correção das provas, processamento dos resultados, análise de recursos e entrega do acervo, conforme a Lei Municipal nº 1.517/2026 e as condições do Termo de Referência.

1.2. Vinculam este contrato o edital da Concorrência nº 026/2026, o TR do Anexo I, a matriz do Anexo X, as propostas técnica e comercial aceitas e os esclarecimentos e retificações publicados. Integram as obrigações os diferenciais pontuados e o regime financeiro previamente aprovado, independentemente de transcrição.

1.3. Os cargos, vagas, requisitos, estimativa de inscrições, capacidade de atendimento e etapas serão os definidos no quadro de dimensionamento e na tabela de inscrições anexos ao TR, que integram este contrato.

2 Regime de execução e prazos

2.1. A execução será por escopo, com preço global contratado e pagamento pelo Município conforme o item 16 do TR. A ordem de serviço será expedida após a eficácia do contrato.

2.2. Vigência: 12 meses, da assinatura. Execução: 180 dias da ordem de serviço. O plano de trabalho será apresentado em até 10 dias úteis, submetido à aprovação e compatibilizado com o cronograma do concurso.

2.3. Aplica-se o art. 111 quando o objeto por escopo não for concluído no prazo, sem afastar a constituição em mora, sanções e eventual extinção por culpa da contratada. A prorrogação e seus efeitos deverão ser registrados e motivados. A validade do concurso e eventual prorrogação não significam extensão automática de suporte operacional não contratado.

3 Preço e recursos orçamentários

3.1. O preço global do contrato é de R$ _____, abrangendo o escopo e os quantitativos do TR. As inscrições serão arrecadadas exclusivamente pelo Município. O pagamento devido pelos serviços aceitos independe do montante arrecadado e não será efetuado mediante retenção de taxas pela contratada.

3.2. Dotação orçamentária da despesa: **Unidade Orçamentária** 020700 – Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas; **Funcional Programática:** 04.122.0002.2009.0000 – Manutenção e Funcionamento da Secretaria de Administração; **Natureza da Despesa:** 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica. Conta municipal de arrecadação: Banco do Brasil, Ag. 1773-6 C/C 34.978-X – Tributos. A contratada não terá poderes de movimentação da conta nem receberá inscrições em conta própria.

3.3. A receita e os rendimentos pertencem ao Município desde seu ingresso. Variações ordinárias dentro dos limites de demanda publicados integram o preço; alterações além desses limites e modificações de escopo dependerão de análise e formalização legal. A arrecadação não cria direito da banca a excedentes nem reduz o crédito por serviços aceitos.

4 Medição pagamento e relatórios de conciliação

4.1. O Município pagará os marcos M1 a M5 nos percentuais de 10%, 15%, 35%, 25% e 15% do preço global, respectivamente, mediante execução, recebimento e atesto de cada produto. Os percentuais totalizam 100% e não constituem adiantamento.

4.2. O recebimento provisório ocorrerá em até 5 dias úteis da entrega e o definitivo em até 10 dias úteis após o provisório, observadas correções. A liquidação ocorrerá em até 10 dias úteis do recebimento definitivo e da apresentação de documento fiscal válido; o pagamento, em até 10 dias úteis da liquidação. Aplicam-se o item 16.3 do TR, a ordem cronológica e as retenções legais.

4.3. A parcela incontroversa será apurada e paga conforme art. 143. Pendências de uma etapa não impedirão pagamento de produto autônomo regularmente recebido. Os pagamentos acumulados observarão os limites de 10%, 25%, 60%, 85% e 100% do preço, conforme os marcos concluídos.

4.4. A banca apresentará relatórios de inscrição e conciliação. O Município manterá extratos, registros de receita, rendimentos, devoluções e pagamentos, conforme item 16.6 do TR. Restituições aos candidatos serão realizadas pelo Município, sem prejuízo de ressarcimento pela contratada de danos que lhe forem imputáveis após apuração.

5 Reajuste e equilíbrio econômico financeiro

5.1. Data-base do orçamento estimado: 09/2026. Reajuste pelo IPCA após um ano, para obrigações elegíveis, conforme item 16.7 do TR, sem alteração automática das taxas dos candidatos. O atraso de pagamento imputável ao Município ensejará atualização monetária pelo IPCA entre vencimento e efetivo pagamento, proporcionalmente, sem duplicidade.

5.2. A recomposição extraordinária dependerá de comprovação dos pressupostos do art. 124, II, d, com documentação do evento, nexo causal e repercussão. A análise ocorrerá em até 30 dias da instrução completa, prorrogável motivadamente. O protocolo, por si só, não autoriza interrupção fora das hipóteses legais.

5.3. Os pedidos de recomposição econômico-financeira serão examinados mediante demonstração do evento, de seus efeitos e do nexo com as obrigações contratuais, observadas as disposições do TR.

6 Garantia de execução

6.1. A garantia corresponderá a 5% do valor inicial do contrato, conforme arts. 96 a 100 e item 18 do TR. Modalidade, valor e identificação do documento: Caução.

6.2. O seguro-garantia observará prazo mínimo de um mês da homologação, anterior à assinatura, para sua prestação. As demais modalidades serão apresentadas em até 10 dias úteis da assinatura, com prorrogação motivada na forma do TR. Alterações e prorrogações exigirão adequação da cobertura.

6.3. A liberação ocorrerá após cumprimento das obrigações, ressalvadas pendências apuradas e observado o art. 100. A cobertura não limita a responsabilidade por danos. Utilização, execução ou retenção da garantia dependerão dos procedimentos legais pertinentes.

7 Gestão recebimento e obrigações

7.1. Gestor: [_____. Fiscais: _____ atos]. A fiscalização verificará equipe, produtos, compromissos pontuados, medições e conciliação dos registros da banca com os dados municipais, observados o art. 117 da Lei nº 14.133/2021 e o TR.

7.2. A contratada cumprirá os itens 4 a 12 e 19 do TR, manterá habilitação e equipe qualificada, atenderá aos compromissos pontuados e responderá pelos encargos e danos imputáveis à sua atuação, conforme arts. 119 a 121. Os profissionais pontuados deverão atuar pessoalmente; substituição exige equivalência ou superioridade e aprovação prévia.

7.3. O contratante cumprirá o item 20 do TR, fornecerá os dados oficiais, arrecadará as taxas, executará restituições autorizadas e pagará os produtos aceitos mediante empenho, liquidação e ordem de pagamento.

7.4. O contratante rejeitará produtos em desconformidade e exigirá correção; o aceite não exonera responsabilidade por vícios e danos. Falha imputável à banca que exija reaplicação será corrigida às suas expensas, após apuração, na extensão do nexo causal.

8 Sigilo proteção de dados e acervo

8.1. Aplicam-se a LGPD e os deveres de sigilo do TR. O contratado limitará o tratamento à execução do concurso e às instruções lícitas do Município, vedada reutilização comercial, exposição de dados sensíveis ou divulgação de conteúdo reservado.

8.2. Incidentes serão comunicados ao Município em até 24 horas da ciência, com contenção e cooperação, sem substituição dos deveres de comunicação legal. Sub-operadores dependerão de autorização e controles equivalentes.

8.3. O acervo será entregue integralmente ao Município, acompanhado de dicionário de dados, em formatos abertos e com integridade verificável. A custódia observará os prazos de guarda previstos na tabela de temporalidade documental aplicável e nas obrigações legais de conservação. A eliminação dependerá das autorizações e dos procedimentos arquivísticos exigíveis, vedada a eliminação de registros necessários a auditorias, investigações ou processos administrativos ou judiciais em andamento.

8.4. Produtos especificamente elaborados serão disponibilizados com direitos de uso necessários ao Município, resguardados sistemas e ferramentas preexistentes e direitos de terceiros, sem impedir auditoria, transparência e acesso aos dados do concurso.

9 Subcontratação e alterações

9.1. A subcontratação de serviços de apoio observará o limite de 20% do valor inicial e as atividades autorizadas no item 18 do TR, com responsabilidade integral da contratada e observância das vedações legais.

9.2. Alterações observarão os arts. 124 a 136, mediante justificativa e instrumento adequado. Acréscimos e supressões unilaterais respeitarão o limite de 25% do valor inicial atualizado, conforme art. 125. Nenhuma alteração poderá transfigurar o objeto ou dispensar licitação de serviço autônomo indevidamente.

9.3. As ordens de alteração serão formalizadas antes da execução, observadas as exceções legais e seus prazos. O equilíbrio econômico-financeiro deverá ser preservado nas hipóteses legais, sem faturamento por decisão unilateral do contratado.

10 Infrações multas e demais sanções

10.1. Aplicam-se os arts. 155 a 163, o item 22 do TR e o item 21 do edital, incorporados a esta cláusula. Atraso injustificado: 0,5% ao dia sobre a parcela em atraso, até 10% dessa parcela. Inexecução parcial: 5% do contrato atualizado; parcial com grave dano: 10%; total: 20%. Falsidade, fraude e demais condutas do art. 155, VIII a XII: 20% do valor atualizado, sem prejuízo das demais consequências legais.

10.2. O total das multas observará o teto de 30% do valor contratual e os limites do art. 156, § 3º. Não haverá duplicidade de multas pelo mesmo fato; multa moratória poderá ser convertida em compensatória em caso de inadimplemento, com abatimento do que já houver sido aplicado ao mesmo evento.

10.3. Advertência, impedimento e inidoneidade observarão hipóteses, prazos e âmbitos legais. Serão garantidos defesa, contraditório, prova, motivação, recurso ou reconsideração e efeitos suspensivos cabíveis. Os registros no Ceis e Cnep observarão o prazo legal de 15 dias úteis.

10.4. Multas e indenizações definitivamente exigíveis poderão ser cobradas, compensadas com créditos ou satisfeitas pela garantia na forma legal, com comunicação e respeito ao processo. Reparação integral não se confunde com multa e exige demonstração dos danos.

11 Extinção e solução de controvérsias

11.1. A extinção observará os arts. 137 a 139, mediante motivação, contraditório e ampla defesa quando cabíveis, com apuração dos serviços executados, pagamentos, danos, garantias e obrigações remanescentes.

11.2. Os direitos de suspensão ou extinção pela contratada nas hipóteses legais serão respeitados. A continuidade de serviço essencial ao certame não implica renúncia a direitos nem afasta exigência de formalização das medidas de transição.

11.3. A extinção não prejudicará entrega do acervo já produzido, conservação de provas, sigilo, proteção de dados e responsabilização. Sempre que cabível, controvérsias serão submetidas à conciliação ou mediação na forma legal, preservado o acesso à Justiça.

11.4. Fica eleito o foro da Comarca de Chapadinha/MA, nos termos do art. 92, § 1º, sem prejuízo de competência legal absoluta.

12 Publicação e assinatura

12.1. O contrato será divulgado no PNCP em até 20 dias úteis da assinatura, como condição de eficácia, nos termos do art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

12.2. As decisões sobre solicitações de execução não sujeitas a prazo específico serão proferidas em até um mês após a conclusão da instrução, prorrogável motivadamente por igual período, nos termos do art. 123.

Chapadinha/MA, ___ de _____ de _____

Pelo contratante:

Pela contratada:

As assinaturas eletrônicas observarão a legislação e a regulamentação municipal aplicáveis.

ANEXO X CRITÉRIOS DE JULGAMENTO TÉCNICO E DE PREÇO

A pontuação técnica observará os critérios, limites, evidências e fórmulas deste anexo. As notas serão fundamentadas em avaliação documental e na demonstração verificável da solução de execução.

1 Pontuação e fórmulas

1.1. A Nota Técnica NT será a soma dos quesitos A, B, C e D, de 0 a 100 pontos. Será classificada tecnicamente a proposta que alcançar NT igual ou superior a 60 pontos e pelo menos 25 pontos no quesito C, atendidas as especificações obrigatórias do TR.

1.2. NP = 100 × (Pmin/Pi). Pi é o preço global ofertado pela licitante; Pmin é o menor preço global válido entre propostas tecnicamente classificadas e comercialmente aceitáveis. Os preços utilizados serão estritamente positivos. As taxas de inscrição não integram a fórmula e serão arrecadadas pelo Município.

1.3. Nota Final NF = (0,70 × NT) + (0,30 × NP). A classificação será em ordem decrescente de NF. Os cálculos utilizarão precisão integral, com exibição a quatro casas decimais. Havendo exclusão de proposta que altere Pmin, as notas de preço e a classificação serão recalculadas para todas as remanescentes.

1.4. A negociação ou a redução de preço legalmente admitida não altera NT. A Administração atualizará NP e NF com a mesma fórmula para todos os concorrentes afetados, divulgando a memória de cálculo e garantindo controle e recurso.

Quesito	Objeto de avaliação	Máximo
A	Experiência da licitante em certames concluídos	20
B	Experiência da equipe efetivamente alocada	20
C	Metodologia, segurança, atendimento e entregas	55
D	Desempenho contratual anterior nos termos legais	5
Total	Nota técnica	100

2 Quesito A Experiência da licitante

2.1. Serão atribuídos 5 pontos por certame concluído em que a licitante tenha executado conjuntamente elaboração, aplicação, correção e processamento dos resultados de concurso ou seleção pública de pessoal, até 4 certames e 20 pontos. Atestados de pessoas jurídicas públicas ou privadas são admitidos.

2.2. Para pontuação, cada certame será individualizado com contratante, objeto, etapas, período e conclusão. Um mesmo certame não será contado duas vezes por constar de mais de um atestado. Certames distintos do mesmo contratante poderão ser contados se comprovados separadamente.

2.3. O atestado apresentado para habilitação poderá ser considerado na pontuação se atender aos critérios deste quesito. A avaliação verificará a execução das atividades e a individualização de cada certame, com base nos documentos apresentados.

3 Quesito B Equipe técnica

3.1. Serão avaliadas quatro funções: coordenação geral, coordenação pedagógica, tecnologia e segurança da informação e logística de aplicação. Cada função pontua até 5 pontos. Para cada função, atribuem-se 2,5 pontos por participação comprovada do profissional indicado em certame concluído em função equivalente, até 2 certames.

3.2. A comprovação ocorrerá por atestado, declaração do contratante ou da organizadora acompanhada de documento verificável de designação e execução, ou outro documento idôneo que identifique profissional, função e certame. Currículo autodeclarado isolado não gera pontuação.

3.3. O acúmulo de funções deverá ser compatível com formação, experiência, disponibilidade e segregação de responsabilidades. Cada função será pontuada mediante comprovação específica de participação efetiva do profissional.

4 Quesito C Metodologia de execução

4.1. Cada subquesito vale 5 pontos: 1 ponto por elemento verificável listado abaixo, até quatro elementos; o quinto ponto será atribuído somente quando os quatro estiverem atendidos e a proposta trouxer simulação ou modelo preenchido que demonstre a execução integrada do procedimento. Elemento genérico, apenas copiado do TR sem indicar como será executado, não recebe ponto. Elementos não comprovados recebem zero, sem avaliações intermediárias subjetivas.

Código	Subquesito	Quatro elementos de um ponto cada
C1	Planejamento	Cronograma com dependências; responsável por etapa; produtos e critérios de aceite; fluxo de aprovação e mudanças.
C2	Qualidade das provas	Matriz por cargo; segregação entre elaboração e revisão; verificação de ineditismo e consistência; registro de validação e versões.
C3	Sigilo e custódia	Perfis e acessos; protocolo de impressão e lacração; transporte e inventário; registro de abertura e recolhimento.
C4	Sistema de inscrições	Fluxo de inscrição e confirmação; tratamento de duplicidades; conciliação de pagamentos e isenções; monitoramento e relatório de disponibilidade.
C5	Segurança digital e dados	Mapa de dados e permissões; backup e restauração; resposta a incidentes; plano de devolução e eliminação.
C6	Acessibilidade	Fluxo de solicitação; análise e recurso; provisão e teste dos recursos; conferência na aplicação.
C7	Logística de aplicação	Vistoria e capacidade; escala e treinamento; identificação e controle de eletrônicos; conferência de materiais e atas.
C8	Correção e consistência	Captura de respostas; dupla verificação das exceções; auditoria de notas; controle de anonimização quando aplicável.
C9	Recursos e comunicação	Canal com protocolo; distribuição a avaliadores; motivação e revisão; publicação e comprovação da ciência.

Código	Subquesito	Quatro elementos de um ponto cada
C10	Contingência	Cenários de interrupção; gatilhos de ativação; responsáveis e meios de resposta; recuperação e recomposição de prazos.
C11	Acervo e transparência	Inventário de entregas; formatos e dicionário de dados; verificação de integridade; transferência segura e prestação de contas.

4.2. As simulações utilizarão dados fictícios e modelos de fluxos e registros, preservando o sigilo e a proteção de dados. A licitante assumirá a implementação dos procedimentos ofertados no preço proposto.

4.3. O quinto ponto de cada subquesito premia a demonstração integrada e verificável da solução; os quatro primeiros avaliam a especificação operacional dos controles. A conformidade mínima continua obrigatória mesmo quando um diferencial não for pontuado.

5 Quesito D Desempenho contratual anterior

5.1. O desempenho contratual anterior será avaliado nos termos dos arts. 36, § 3º, 37, III, e 88 da Lei nº 14.133/2021 e da regulamentação aplicável, mediante registros oficiais comparáveis de execução de concursos e seleções públicas de pessoal.

5.2. A nota D será a média das até três avaliações oficiais comparáveis mais recentes, normalizadas pela fórmula D = 5 × (nota obtida/nota máxima da escala oficial), limitada a 5 pontos. Serão utilizadas avaliações de execução, integridade dos produtos e atendimento das obrigações, emitidas em sistema regulamentado e verificáveis pela banca. A inexistência de avaliações oficiais comparáveis será tratada de forma neutra, com atribuição de 5 pontos.

5.3. A banca identificará no relatório as avaliações consideradas, a fonte oficial, a escala, os cálculos e a comparabilidade. Declarações genéricas de capacidade técnica e certidões de sanções serão examinadas nas finalidades próprias previstas neste edital.

6 Banca avaliadora e relatório

6.1. Os quesitos qualitativos serão avaliados por banca de no mínimo três membros designados nos termos do art. 37, § 1º, distinta da equipe de elaboração e correção das provas do concurso. Serão documentados conhecimentos pertinentes, ausência de conflito e responsabilidade por sigilo e imparcialidade.

6.2. Cada avaliador preencherá ficha por licitante, com quesito, elemento, documento e página de comprovação, ponto atribuído e motivação. Divergências serão discutidas com fundamentação; para C, a nota de cada elemento será a média aritmética das notas dos membros, limitada ao valor previsto. As notas objetivas A e B serão conferidas documentalmente, sem margem discricionária.

6.3. O relatório consolidado apresentará notas individuais, médias, subtotal, NT, desclassificações, NP, NF e memória de cálculo, e será disponibilizado para controle e recurso, ressalvadas informações protegidas por lei.

6.4. A diligência poderá esclarecer ou confirmar condição preexistente, sem permitir nova solução técnica, novo profissional para aumentar nota ou apresentação de experiência constituída após a data limite. Falha formal sanável não justifica exclusão automática. Todos os diferenciais pontuados integrarão a obrigação contratual.

ANEXO XI ROTEIRO DA PROPOSTA TÉCNICA

Identificar a licitante, o CNPJ, o representante e o índice de documentos por quesito, em arquivo próprio para a proposta técnica.

A – relacionar certames concluídos, contratantes, objeto, etapas, data e documentos, identificando certames repetidos. B – identificar profissionais por função, experiências comprovadas, formação e anuência de participação pessoal. C – apresentar C1 a C11, com os quatro elementos operacionais e, para o diferencial adicional, simulação ou modelo integrado com dados fictícios. D – documentos de desempenho conforme regra do Anexo X.

A proposta identificará documento, página, compromisso e forma de comprovação para cada ponto requerido. Todos os compromissos pontuados integrarão o contrato.

Local, data e assinatura: ____ /____/_____

ANEXO XII RELAÇÃO DE COMPROMISSOS ASSUMIDOS

Licitação: Concorrência Eletrônica nº 026/2026. Licitante e CNPJ: _____. Data de referência: a da apresentação das propostas. Relacionar os compromissos públicos e privados que reduzam a capacidade econômico-financeira, excluídas as parcelas já executadas, na forma do art. 69, § 3º.

Contratante e contrato	Objeto e vigência	Valor total	Executado	Saldo a executar
_____	_____	R$ _____	R$ _____	R$ _____
Total	—	R$ _____	R$ _____	R$ _____

A relação deverá apresentar informações completas e consistentes, excluídas as parcelas já executadas. Na inexistência de compromissos dessa natureza, apresentar declaração expressa. Local, data e assinatura: ___/___/___.

ANEXO XIII— DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DA RESERVA LEGAL DE CARGOS

A empresa **[RAZÃO SOCIAL]**, inscrita no CNPJ sob o nº **[CNPJ]**, com sede em **[ENDEREÇO COMPLETO]**, por intermédio de seu representante legal, **[NOME COMPLETO]**, inscrito no CPF sob o nº **[CPF]**, **DECLARA**, sob as penas da lei, para fins de habilitação, que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme o art. 63, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, observada a aplicabilidade dessas exigências ao seu quadro de pessoal.

[LOCAL], [DIA] de [MÊS] de [ANO].

[NOME DO REPRESENTANTE LEGAL]
[CARGO/FUNÇÃO]

ANEXO XIV TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E AUSÊNCIA DE CONFLITO DE INTERESSES

Concorrência Eletrônica nº 026/2026 | Processo Administrativo nº 5707/2026. Empresa: _____, CNPJ: _____. Profissional: _____, documento: _____, função: _____.

45

O signatário compromete-se a preservar o sigilo de questões, gabaritos, bancos de itens, credenciais, dados pessoais e documentos restritos; acessar apenas o necessário à sua função; utilizar os canais autorizados; não copiar, divulgar ou reutilizar conteúdos; e manter a cadeia de custódia e os controles aprovados.

Declara não possuir conflito de interesses que comprometa sua atuação e obriga-se a informar imediatamente situação superveniente, inclusive vínculo com candidato que afete a imparcialidade. Quem tiver acesso a conteúdo reservado não poderá concorrer neste concurso nem atuar em preparação de candidatos para ele.

Incidentes ou suspeitas serão comunicados imediatamente ao preposto, para atendimento do prazo contratual de comunicação ao Município. O dever de sigilo subsistirá após o encerramento enquanto a informação permanecer protegida por lei. O acesso a dados e sua eliminação obedecerão às instruções do controlador, ao TR e à legislação arquivística e de proteção de dados.

O descumprimento sujeitará o responsável à apuração de responsabilidade nas esferas cabíveis, com devido processo. O termo será firmado pelos profissionais e colaboradores antes de qualquer acesso, inclusive pessoal de apoio e subcontratados autorizados.

Local e data: _____. Assinatura do profissional: _____. Ciência da contratada: _____.

ANEXO XV – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Processo Administrativo nº 5707/2026
Concorrência Eletrônica nº 026/2026
Unidade requisitante: Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas
Município de Chapadinha/MA

Este estudo examina a necessidade, as alternativas e a viabilidade da contratação de empresa especializada para organizar e executar concurso público para cargos efetivos do Poder Executivo Municipal. A solução proposta é a contratação integrada por escopo e preço global, com arrecadação das inscrições exclusivamente pelo Município e seleção por técnica e preço, conforme a fundamentação e as condições de instrução apresentadas a seguir.

1 Descrição da necessidade da contratação

A Administração necessita realizar seleção pública impessoal e tecnicamente adequada para o provimento de cargos efetivos, em atendimento ao art. 37, II, da Constituição Federal. O edital revisado informa que a Lei Municipal nº 1.517, de 8 de setembro de 2026, autoriza o concurso e apresenta quadro de 330 vagas criadas, distribuídas em 23 cargos ou denominações funcionais. O quantitativo efetivamente ofertado depende de validação municipal, não se confundindo automaticamente com o total criado pela lei.

O problema a resolver envolve disponibilizar inscrições acessíveis, produzir instrumentos de avaliação compatíveis com cada cargo, preservar o sigilo das provas, mobilizar pessoal e locais de aplicação, corrigir avaliações com consistência, decidir recursos e entregar resultados auditáveis. Falhas nessas atividades podem comprometer a isonomia, ocasionar reaplicações e retardar o provimento dos cargos. A necessidade é de resultado completo e verificável, com responsabilidade técnica e operacional definida.

A execução por empresa especializada permite reunir competências pedagógicas, tecnológicas e logísticas sob coordenação única, permanecendo com o Município a definição das regras oficiais, a aprovação dos atos de sua competência, a arrecadação, a fiscalização, a homologação e o provimento dos cargos.

2 Previsão no planejamento e compatibilidade orçamentária

Não foi apresentado comprovante de inclusão no Plano de Contratações Anual. A unidade requisitante deverá juntar a comprovação de compatibilidade com o PCA, se elaborado, ou registrar motivadamente a situação do planejamento municipal, conforme o art. 18 da Lei nº 14.133/2021. Não se presume inclusão sem documentação.

Classificação	Código e descrição
Unidade orçamentária	020700 – Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas
Funcional programática	04.122.0002.2009.0000 – Manutenção e Funcionamento da Secretaria de Administração
Natureza da despesa	3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

A classificação acima foi informada para o processo. A Contabilidade deverá confirmar adequação, disponibilidade e cobertura orçamentária, inclusive quando houver execução em exercício subsequente. A classificação da receita das inscrições será definida pela Contabilidade em rubrica própria; ela não se confunde com a dotação destinada ao pagamento da contratada.

3 Requisitos da contratação

O objeto abrangerá planejamento, elaboração das minutas e dos comunicados, inscrições eletrônicas, análise de isenções e de atendimento especial, apoio à conciliação da arrecadação, elaboração, revisão, impressão e custódia das provas, aplicação, correção, processamento dos resultados, recursos e entrega integral do acervo. Etapas adicionais por cargo somente integrarão a obrigação quando expressamente definidas e dimensionadas no Termo de Referência e nos documentos da licitação.

A equipe deverá compreender coordenação geral, coordenação pedagógica, responsável por tecnologia e segurança da informação e coordenação logística, com elaboradores, revisores, fiscais e apoio compatíveis com a demanda. Serão exigidos experiência compatível, compromissos de sigilo, prevenção de conflitos e segregação entre elaboração, revisão, acesso ao material reservado e correção.

O sistema deverá oferecer inscrições rastreáveis, comprovantes e protocolos, controle de acesso por perfil, criptografia, registros de operação, backup e restauração testada. O edital prevê disponibilidade mínima de 99,5% nos períodos definidos no TR. Testes de carga deverão refletir a capacidade de atendimento publicada e os picos de acesso. Os canais de atendimento e as provas assegurarão os recursos de acessibilidade e os atendimentos especiais deferidos.

Os materiais sigilosos terão inventário, lacração, registros de transporte, recebimento, abertura e recolhimento. A correção e o cálculo dos resultados serão auditáveis, com conferência de exceções, controle de versões e decisões motivadas sobre recursos. A contratada observará a LGPD, a finalidade pública, a minimização dos dados e a entrega segura do acervo, sem uso comercial dos cadastros.

A execução será de 180 dias contados da ordem de serviço, após a eficácia do contrato; a vigência prevista é de 12 meses da assinatura. O plano de trabalho será apresentado em até 10 dias úteis da ordem de serviço, conforme o edital. As exigências de habilitação e pontuação devem ser pertinentes ao objeto e proporcionais à demanda, sem restrições territoriais ou quantitativas sem justificativa.

4 Estimativa das quantidades e memória de cálculo

A contratação compreende 1 serviço integrado de organização e execução do concurso. Para dimensionamento inicial, utiliza-se o quadro legal reproduzido no edital revisado. A reprodução não substitui a conferência com a lei municipal nem a aprovação das vagas que serão efetivamente ofertadas.

Cargo ou denominação	Vagas criadas	Jornada semanal
Advogado	2	30h
Assistente Social	5	30h
Auxiliar Administrativo	40	30h

Cargo ou denominação	Vagas criadas	Jornada semanal
Contador	2	30h
Enfermeiro	10	30h
Engenheiro Civil	1	30h
Engenheiro Eletricista	1	30h
Fiscal de Tributos	2	30h
Fisioterapeuta	2	30h
Fonoaudiólogo	2	30h
Motorista Categoria D	5	30h
Nutricionista	2	20h
Odontólogo	2	30h
Professor da Educação Infantil	70	20h
Professor de Educação Física – Licenciatura Plena em Educação Física	2	20h
Professor do Ensino Fundamental – Anos Iniciais – Licenciatura Plena em Pedagogia	70	20h
Professor Ensino Fundamental – Anos Finais – Licenciatura Plena em Letras habilitação em língua portuguesa e língua estrangeira	30	20h
Professor Ensino Fundamental – Anos Finais – Licenciatura Plena em Ciências	20	20h
Professor Ensino Fundamental – Anos Finais – Licenciatura Plena em Matemática	30	20h
Psicólogo	5	30h
Psicopedagogo	5	20h
Técnico em Enfermagem	20	30h
Terapeuta Ocupacional	2	30h
TOTAL	330	

As estimativas de inscrições constantes do edital correspondem a 8.000 inscrições pagas e 373 isentas, totalizando 8.373 inscrições para atendimento. Trata-se de projeção, não de demanda garantida; não foi fornecida memória histórica, série comparativa ou estudo de procura que comprove esses quantitativos. A unidade requisitante deverá documentar as premissas e validar a distribuição por cargo e etapa.

Grupo	Pagas estimadas	Isentas estimadas	Total
Nível superior	6.861	343	7.204
Nível médio e técnico	1.139	30	1.169
Total	8.000	373	8.373

O quantitativo de inscrições pode diferir do número de pessoas, conforme as regras de inscrição e compatibilidade de horários. A necessidade de salas, fiscais e materiais será calculada sobre as inscrições homologadas por turno e etapa, considerando ausências apenas quando tecnicamente justificadas, sem excluir a reserva operacional necessária.

Antes da publicação da licitação, deverão ser consolidados os cargos e vagas efetivamente ofertados, requisitos, remunerações, reservas, etapas, quantitativos por fase, distribuição por turno e capacidade máxima contratada. O valor de 8.373 é estimativa de demanda, e não limite máximo presumido. A definição de capacidade máxima e de cenários de variação é necessária para que todas as licitantes precifiquem a mesma obrigação.

5 Levantamento de mercado e análise das alternativas

O levantamento desta versão é qualitativo e se baseia nas formas de atendimento disponíveis para o objeto. Não foram fornecidas cotações, contratos comparáveis ou relatórios de consulta a fornecedores; por isso, não se declara realizada pesquisa empírica de preços ou disponibilidade de prestadores. Os documentos comprobatórios deverão integrar a instrução, com identificação de fontes, datas, objetos e condições comparáveis.

Alternativa	Avaliação técnica e econômica
Execução direta pelo Município	Exige estrutura própria para questões, revisão, sistema, impressão segura, logística e correção. A documentação fornecida não demonstra capacidade instalada suficiente. Deve ser confirmada a disponibilidade interna antes da aprovação da opção externa.
Contratações separadas por etapa	Permitem fornecedores especializados em cada atividade, porém ampliam interfaces, circulação de conteúdo sigiloso, riscos de incompatibilidade e esforço de fiscalização. Demandam coordenação e comparação dos custos de integração.
Empresa especializada com execução integrada	Centraliza responsabilidade por prazos, custódia, sistema e resultados. Permite comparar metodologias e cobrar produtos integrados, preservadas a fiscalização municipal e a competitividade. É a solução recomendada para o escopo examinado.

A escolha da execução integrada decorre da dependência entre as etapas e da necessidade de responsabilização por resultados consistentes. Sua vantagem econômica deverá ser corroborada pela pesquisa de preços, abrangendo custos de integração, segurança e gestão, sem presumir que a maior arrecadação ou o menor preço isolado assegurem o melhor resultado.

6 Estimativa do valor e modelo de remuneração

Adota-se como referência inicial o valor máximo de R$ 882.767,33, indicado no edital revisado, com data-base de setembro de 2026, para 1 serviço integrado. Esse montante foi extraído do documento fornecido; não foi possível validar sua formação, pois a pesquisa e as memórias de custo não acompanharam o edital. A estimativa deverá ser respaldada por documentação nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021 antes da aprovação definitiva da contratação.

A pesquisa deverá comparar objetos equivalentes e ajustar diferenças de inscritos, cargos, tipos de prova, etapas, localidades, pessoal, impressão segura, logística, tecnologia, atendimento especial e distribuição de riscos. A memória deverá discriminar custos fixos e variáveis, encargos, tributos e despesas de execução, com tratamento justificado de preços discrepantes. A arrecadação projetada não substitui a estimativa de custo do serviço.

A remuneração será por preço global certo, paga pelo Município por entregas aceitas. A contratada não receberá percentual das inscrições nem reterá valores arrecadados. O pagamento não dependerá do atingimento da receita estimada, e a insuficiência de inscrições não afasta a obrigação municipal de pagar os serviços regularmente recebidos.

Grupo	Taxa	Memória da receita	Receita estimada
Nível superior	R$ 120,00	6.861 × R$ 120,00	R$ 823.320,00
Nível médio e técnico	R$ 80,00	1.139 × R$ 80,00	R$ 91.120,00
Total	—	Soma das inscrições pagas	R$ 914.440,00

Os subtotais de R$ 782.160,00 e R$ 88.720,00 presentes na tabela do edital não correspondem aos quantitativos de inscrições pagas ali informados. A memória acima mantém os quantitativos e taxas apresentados e corrige a multiplicação, coincidindo com a receita global de R$ 914.440,00 indicada no texto do edital. A Administração deverá confirmar as premissas e harmonizar a tabela antes da publicação. Isentos compõem os custos, sem gerar receita.

Os valores de inscrição deverão ser formalmente aprovados pelo Município, com fundamento e motivação. Receitas e despesas serão registradas pelos respectivos valores brutos, em rubricas próprias. A projeção não assegura arrecadação suficiente nem autoriza compensação direta com a remuneração contratual.

7 Descrição da solução como um todo

A solução consiste em contratar organizadora responsável por executar o ciclo completo do concurso, desde a mobilização até a entrega das bases, documentos e resultados definitivos. O Município fornecerá as informações oficiais dos cargos e aprovará as regras; a contratada desenvolverá e executará a solução pedagógica e operacional, respondendo por seus profissionais e pelos produtos aceitos.

A cobrança das inscrições será realizada em favor de conta de titularidade municipal, por meio autorizado pela Tesouraria. A banca apoiará emissão e conciliação conforme a integração aprovada, sem credenciais de movimentação financeira. Pagamentos, isenções, duplicidades, estornos e devoluções deverão possuir trilhas de auditoria; restituições serão autorizadas e executadas pelo Município.

Marco	Entrega principal	Percentual
M1	Plano de trabalho, segurança e minutas aprovados; edital de abertura divulgado	10%
M2	Inscrições homologadas após recursos e conciliação das inscrições	15%
M3	Provas aplicadas e registros de custódia e ocorrências entregues	35%
M4	Correções, recursos e resultados definitivos concluídos	25%
M5	Acervo integral, relatório final e recebimento definitivo	15%

Os percentuais reproduzem o edital e incidirão sobre o preço contratado. O pagamento depende de medição, comprovação e aceite do respectivo marco. A contratada corrigirá falhas que lhe sejam imputáveis e prestará os subsídios técnicos previstos no escopo durante a vigência, inclusive sobre recursos, auditorias e questionamentos relacionados à execução.

O acervo será entregue em formatos utilizáveis e, quando aplicável, abertos, com inventário, dicionário de dados e integridade verificável. A guarda observará a legislação e a tabela de temporalidade aplicável; não haverá eliminação de registros sujeitos a conservação obrigatória, controle ou litígio. Cópias sem base de retenção serão eliminadas mediante autorização e comprovação, após a transferência validada.

8 Justificativa do não parcelamento

Recomenda-se adjudicação global do serviço. Inscrição, base cadastral, distribuição por salas, elaboração das provas, custódia, correção, recursos e resultados compõem fluxo interdependente. A fragmentação pode gerar versões incompatíveis de dados, ampliar acessos a conteúdos reservados e dificultar a identificação da causa de falhas.

A contratação integrada reduz interfaces críticas e permite exigir de um responsável o resultado final e a correção dos problemas. Essa escolha não impede etapas de pagamento nem especialização interna das equipes. A Administração deverá confirmar, na pesquisa de mercado, que existe competição suficiente e que o ganho de integração supera eventuais benefícios econômicos de dividir o objeto, conforme o art. 18, § 1º, VIII, e o art. 47 da Lei nº 14.133/2021.

9 Resultados pretendidos

Pretende-se realizar concurso com igualdade de condições, avaliações compatíveis com os cargos, proteção do conteúdo reservado, resultados verificáveis e cumprimento do cronograma aprovado. A economicidade será aferida pelo custo total para obter esse resultado, incluindo a prevenção de retrabalho, reaplicações e falhas de integração.

A fiscalização deverá acompanhar o atendimento de 100% dos prazos aprovados, a disponibilidade mínima de 99,5% do sistema nos períodos previstos, a rastreabilidade integral dos materiais sigilosos, a decisão motivada dos recursos tempestivos, a disponibilização dos atendimentos especiais deferidos e a entrega completa do acervo. As evidências serão cronogramas, logs, atas, relatórios, decisões e checklists, nos termos do TR.

10 Providências prévias da Administração

A unidade requisitante deverá validar o quadro de cargos e etapas; comprovar o planejamento da demanda e a capacidade interna; formalizar a estimativa de inscrições e a capacidade máxima; aprovar taxas e isenções; instruir a pesquisa de preços; confirmar orçamento; e harmonizar ETP, TR, edital e minuta contratual. O estudo subsidiará a consolidação das peças da fase preparatória, sem substituir as competências dos setores responsáveis.

Também deverão ser designados comissão do concurso, gestor e fiscais, com capacitação para medição de entregas, segurança, conciliação financeira e proteção de dados. A banca avaliadora das propostas técnicas observará a composição legal e a ausência de conflitos; sua função é distinta da elaboração e correção das provas do concurso.

A Tesouraria deverá definir o meio de cobrança e a integração dos retornos; a Contabilidade, a classificação da receita e os registros pertinentes. Deverão ser confirmados os locais de aplicação e as responsabilidades por sua disponibilização, com plano de contingência para acessibilidade, energia, conectividade, materiais e aumento de demanda. A autoridade competente submeterá as peças ao controle jurídico aplicável antes da divulgação.

11 Contratações correlatas e interdependentes

São interfaces relevantes a arrecadação bancária municipal, as publicações oficiais, a disponibilização dos locais de aplicação e os meios de fiscalização e guarda do acervo. Não foram apresentados contratos específicos dessas interfaces; não se presume sua existência nem necessidade de nova contratação sem exame do Município.

O preço da organizadora deverá compreender os insumos e serviços de sua responsabilidade no TR, inclusive pessoal, plataforma, provas e logística. Recursos fornecidos pelo Município precisam ser expressamente identificados e confirmados para evitar duplicidade de custo ou obrigação sem cobertura. Eventual contratação externa complementar deverá ter planejamento próprio e cronograma compatível.

12 Impactos ambientais e medidas mitigadoras

Os impactos previsíveis decorrem do consumo de papel, impressão, embalagens, deslocamentos, energia e descarte de materiais. As medidas propostas são priorizar comunicações e inscrições digitais acessíveis, dimensionar a impressão pela demanda homologada com reserva justificada, utilizar materiais recicláveis quando compatíveis com o sigilo e organizar rotas de transporte.

A destinação de resíduos e o descarte seguro de provas e documentos ocorrerão somente após observância dos prazos de guarda e autorização pertinente, com inutilização que impeça recuperação indevida de dados. A gestão do acervo digital deverá reduzir duplicações e assegurar retenção necessária. Não se identificou, no escopo descrito, atividade que por si exija licenciamento ambiental específico, sem prejuízo das obrigações legais dos fornecedores e locais utilizados.

13 Fundamentação da seleção por técnica e preço

Propõe-se concorrência eletrônica com julgamento por técnica e preço, no modo fechado, conforme o edital. A natureza especial decorre da combinação de instrumentos de avaliação por cargo, gestão de conteúdo sigiloso, soluções de correção, tecnologia de inscrições, recursos e logística para públicos e etapas distintos. Esses componentes admitem metodologias alternativas com efeitos mensuráveis sobre consistência, segurança e capacidade de execução, fundamento a examinar nos termos do art. 6º, XIV e XXXVIII, e do art. 36, § 1º, V, da Lei nº 14.133/2021.

A simples verificação de requisitos mínimos não diferencia, por exemplo, a apresentação genérica de controles e a demonstração de um fluxo integrado testável de custódia, restauração, correção e recursos. Os diferenciais técnicos deverão ser comprovados por documentos e modelos com dados fictícios e integrar a obrigação contratual, permitindo verificar sua execução. A classificação especial exige essa motivação concreta, e não decorre apenas do nome do serviço.

A ponderação de 70% para técnica e 30% para preço prioriza a prevenção de falhas que podem invalidar etapas inteiras, preservando a competição econômica. O percentual técnico respeita o limite do art. 36, § 2º. O anexo de julgamento distribui 20 pontos à experiência da licitante, 20 à equipe, 55 à metodologia e 5 ao desempenho contratual anterior, este sujeito aos requisitos legais e regulamentares de avaliação.

A metodologia compreende planejamento, qualidade das provas, sigilo, inscrições, segurança digital, acessibilidade, logística, correção, recursos, contingência e acervo. A proposta deverá demonstrar como executará os controles; o cumprimento mínimo continua obrigatório. A avaliação de diferenciais será documentada por banca competente, mediante critérios objetivos, evidências e motivação, sem favorecer solução proprietária.

O edital estabelece NT mínima de 60 pontos, com pelo menos 25 no quesito de metodologia; NP = 100 × (Pmin/Pi); e NF = 0,70 × NT + 0,30 × NP. A comparação de preços utilizará exclusivamente a remuneração global dos serviços. As taxas de inscrição, fixadas e arrecadadas pelo Município, não integram a nota de preço. A composição e as regras finais de pontuação deverão ser conferidas quanto à regulamentação e à coerência com o dimensionamento aprovado.

14 Riscos relevantes da solução

Risco	Prevenção e tratamento	Responsabilidade
Quadro de vagas ou etapas inconsistente	Validar lei, vagas, requisitos e dimensionamento antes da divulgação	Município pelos dados oficiais; banca por sua transcrição e execução
Demanda acima do dimensionamento	Publicar cenários e capacidade máxima; testar sistema e planejar contingência	Conforme limite e matriz de riscos; sem aumento automático do preço
Vazamento, fraude ou erro de prova	Segregar funções; revisar questões; controlar acessos e custódia; apurar e corrigir	Contratada quando decorrente de falha que lhe seja imputável
Falha de sistema ou perda de dados	Teste de carga, redundância, backups, restauração e recomposição de prazos	Contratada pelos seus sistemas e controles
Receita inferior à estimativa	Tratar receita como projeção e assegurar cobertura para pagar entregas aceitas	Município pelo risco de arrecadação
Local indisponível ou inacessível	Confirmar prédios e responsáveis; vistoria e alternativa previamente planejada	Conforme atribuição e causa documentadas
Erro de correção ou resultado	Conferência, auditoria de exceções, recursos e retificação uniforme	Contratada pelos erros de execução

Este quadro subsidia a análise de riscos da fase preparatória e a distribuição contratual, sem substituir o documento específico e a matriz aprovados. Eventos extraordinários e alterações efetivas do escopo serão tratados mediante motivação, nexo causal e procedimentos legais pertinentes.

15 Posicionamento conclusivo sobre a viabilidade

A análise recomenda a contratação de empresa especializada, com execução integrada por escopo e preço global, arrecadação municipal e julgamento por técnica e preço. A solução é tecnicamente adequada à necessidade descrita e permite fiscalização por produtos e resultados.

A viabilidade econômica definitiva e a liberação do procedimento dependem da comprovação da pesquisa que sustenta R$ 882.767,33, da confirmação orçamentária, do dimensionamento final das vagas e etapas, da fundamentação das estimativas de inscrições e da definição da capacidade máxima. Também são necessárias a validação das taxas, a correção dos subtotais da receita no edital e a compatibilização das peças. Não se atesta como concluída providência cuja documentação não foi apresentada.

Conclui-se favoravelmente ao prosseguimento do planejamento, condicionado ao saneamento e à documentação dessas questões antes da publicação da licitação. Este ETP contempla os elementos do art. 18, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, submetendo as premissas informadas à validação e aprovação dos agentes competentes.